O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	**KROTON EDUCACIONAL S.A.**	**02.800.026/0001-40**
4 - NIRE		
3130002518-7		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Santa Madalena Sofia, 25				Vila Paris
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
30380-650	Belo Horizonte			MG
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
31	2126-0700	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
31	3297-4983	-	-	
15 - E-MAIL				
dri@kroton.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Carlos Alberto Bolina Lazar				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Alameda Santos, 787				Jardim Paulista
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
01419-001	São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3775-2288	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3775-2010	-	-	
16 - E-MAIL				
dri@kroton.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	01/01/2009	31/12/2009

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Ismar de Moura	051.550.278-29

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	229.914	229.914	114.538
2 - Preferenciais	206.926	206.926	105.615
3 - Total	436.840	436.840	220.153
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	980	980	978
5 - Preferenciais	5.881	5.881	5.866
6 - Total	6.861	6.861	6.844

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3380 - Emp. Adm. Part. - Educação
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em sociedades que explorem a administração de atividades de educação.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	02/09/2009	821.020	366.623	Subscrição Pública	216.687	1,7900000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
16/05/2011	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	820.058	800.706
1.01	Ativo Circulante	100	100
1.01.01	Disponibilidades	53	53
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes a Caixa	53	53
1.01.02	Créditos	0	0
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	47	47
1.01.04.01	Dividendos a receber	0	0
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	45	45
1.01.04.03	Outros	2	2
1.02	Ativo Não Circulante	819.958	800.606
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	819.958	800.606
1.02.02.01	Investimentos	812.767	793.415
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	812.767	793.415
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.03	Intangível	7.191	7.191
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	820.058	800.706
2.01	Passivo Circulante	193	29
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	6	29
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.05.01	Dividendos Propostos	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	187	0
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	187	0
2.01.08.02	Demais Contas a Pagar	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.532	7.282
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.532	7.282
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	7.532	7.282
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	812.333	793.395
2.05.01	Capital Social Realizado	799.584	799.584
2.05.01.01	Capital Social Realizado	821.020	821.020
2.05.01.02	Ações em Tesouraria	(21.436)	(21.436)
2.05.02	Reservas de Capital	15.576	14.962
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.827)	(21.151)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	18.325	18.325	24.905	24.905
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(415)	(415)	0	0
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(415)	(415)	0	0
3.06.02.02	Amortização de Ágio	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	18.740	18.740	24.905	24.905
3.07	Resultado Operacional	18.325	18.325	24.905	24.905
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	18.325	18.325	24.905	24.905
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	18.325	18.325	24.905	24.905
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	429.979	429.979	213.309	213.309
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04262	0,04262	0,11676	0,11676
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	0	11	11
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(415)	(415)	0	0
4.01.01.01	Lucro do Período	18.822	18.822	24.905	24.905
4.01.01.02	Equivalência Patrimonial	(19.237)	(19.237)	(24.905)	(24.905)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	415	415	11	11
4.01.02.01	Redução em Demais Contas a Receber	0	0	(62)	(62)
4.01.02.02	Redução em Fornecedores	(23)	(23)	(57)	(57)
4.01.02.03	Aumento em Demais Contas a Pagar	438	438	130	130
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	0	0	11	11
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	53	53	5	5
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53	53	16	16

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.325	0	18.325
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	614	0	0	0	0	614
5.12.01	Prêmio de Opções de Ações	0	614	0	0	0	0	614
5.13	Saldo Final	799.584	15.576	0	0	(2.826)	0	812.334

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.325	0	18.325
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	614	0	0	0	0	614
5.12.01	Prêmio de Opções de Ações	0	614	0	0	0	0	614
5.13	Saldo Final	799.584	15.576	0	0	(2.826)	0	812.334

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	1.106.757	869.005
1.01	Ativo Circulante	277.039	504.235
1.01.01	Disponibilidades	107.160	410.384
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes a Caixa	18.061	17.264
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	89.099	393.120
1.01.02	Créditos	129.970	63.795
1.01.02.01	Clientes	129.970	63.795
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	9.527	12.350
1.01.04	Outros	30.382	17.706
1.01.04.01	Tributos a Recuperar	10.098	5.332
1.01.04.02	Despesas Antecipadas	1.628	374
1.01.04.03	Tributos Diferidos	0	0
1.01.04.04	Adiantamento a Fornecedores	7.401	5.510
1.01.04.05	Demais Contas a Receber	11.255	6.490
1.02	Ativo Não Circulante	829.718	364.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	58.297	23.541
1.02.01.01	Créditos Diversos	19.483	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	252
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	252
1.02.01.03	Outros	38.814	23.289
1.02.01.03.01	Tributos Diferidos	9.510	10.241
1.02.01.03.02	Depósitos Judiciais	6.520	482
1.02.01.03.03	Adiantamento a Fornecedores	12.091	12.494
1.02.01.03.04	Impostos a Recuperar	4.110	0
1.02.01.03.05	Outros	6.583	72
1.02.02	Ativo Permanente	771.421	341.229
1.02.02.01	Investimentos	1.600	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	1.600	0
1.02.02.02	Imobilizado	210.636	167.653
1.02.02.03	Intangível	559.185	173.576
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	1.106.757	869.005
2.01	Passivo Circulante	182.536	49.368
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.010	5.165
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	17.075	9.896
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	19.068	1.779
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	138.383	32.528
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	37.280	16.363
2.01.08.02	Adiantamento de Clientes	26.941	11.951
2.01.08.03	Contas a Pagar - Aquisições	65.212	3.799
2.01.08.04	Programa de Recuperação Fiscal	7.649	415
2.01.08.05	Demais Contas a Pagar	1.301	0
2.02	Passivo Não Circulante	111.865	26.219
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	111.865	26.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	13.643	9.704
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	30.155	5.270
2.02.01.03.01	Provisão para Contingência	30.155	5.270
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	68.067	11.245
2.02.01.06.01	Contas a Pagar - Aquisições	10.263	7.024
2.02.01.06.02	Programa de Recuperação Fiscal	45.653	0
2.02.01.06.03	Tributos Diferidos	586	465
2.02.01.06.04	Demais Contas a Pagar	11.565	3.756
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	22	23
2.05	Patrimônio Líquido	812.334	793.395
2.05.01	Capital Social Realizado	799.584	799.584
2.05.01.01	Capital Social Realizado	821.020	821.020
2.05.01.02	Ações em Tesouraria	(21.436)	(21.436)
2.05.02	Reservas de Capital	15.576	14.962
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.826)	(21.151)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	162.145	162.145	116.611	116.611
3.01.01	Educação Básica	55.612	55.612	46.244	46.244
3.01.02	Ensino Superior	106.533	106.533	70.367	70.367
3.01.03	Demais Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(19.454)	(19.454)	(11.705)	(11.705)
3.02.01	Educação Básica	(2.359)	(2.359)	(1.395)	(1.395)
3.02.02	Ensino Superior	(17.095)	(17.095)	(10.310)	(10.310)
3.02.03	Demais Serviços	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	142.691	142.691	104.906	104.906
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(79.658)	(79.658)	(54.413)	(54.413)
3.04.01	Custo dos Produtos Vendidos	(9.015)	(9.015)	(7.196)	(7.196)
3.04.02	Custo dos Serviços Prestados	(70.643)	(70.643)	(47.217)	(47.217)
3.05	Resultado Bruto	63.033	63.033	50.493	50.493
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(37.610)	(37.610)	(19.198)	(19.198)
3.06.01	Com Vendas	(19.834)	(19.834)	(9.892)	(9.892)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(23.466)	(23.466)	(11.774)	(11.774)
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(23.466)	(23.466)	(11.774)	(11.774)
3.06.02.02	Amortização do Ágio	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	5.795	5.795	1.927	1.927
3.06.03.01	Receitas Financeiras	9.504	9.504	3.677	3.677
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3.709)	(3.709)	(1.750)	(1.750)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.314	1.314	541	541
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.419)	(1.419)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	25.423	25.423	31.295	31.295
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	25.423	25.423	31.295	31.295
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(6.249)	(6.249)	(5.963)	(5.963)
3.11	IR Diferido	(848)	(848)	(469)	(469)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1)	(1)	42	42
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	18.325	18.325	24.905	24.905
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	429.979	429.979	213.309	213.309
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04262	0,04262	0,11676	0,11676
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(22.856)	(22.856)	310	310
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.149	32.149	35.033	35.033
4.01.01.01	Resultado antes de IR, CS e particip	25.423	25.423	31.337	31.337
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.622	5.622	3.736	3.736
4.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	489	489	(40)	(40)
4.01.01.04	Prêmio na Emissão de Opções de Ações	615	615	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(52.863)	(52.863)	(33.638)	(33.638)
4.01.02.01	Aumento do Contas a Receber	(45.776)	(45.776)	(45.299)	(45.299)
4.01.02.02	Aumento nos Estoques	3.015	3.015	2.475	2.475
4.01.02.03	(Aumento) Redução Demais Contas Receber	(11.473)	(11.473)	4.227	4.227
4.01.02.04	Aumento (Redução) de Fornecedores	2.742	2.742	3.490	3.490
4.01.02.05	Aumento em Adiantamento de Clientes	10.683	10.683	10.522	10.522
4.01.02.06	Redução em Demais Contas a Pagar	(12.054)	(12.054)	(9.053)	(9.053)
4.01.03	Outros	(2.142)	(2.142)	(1.085)	(1.085)
4.01.03.01	Juros Pagos por Empréstimos	(2.083)	(2.083)	448	448
4.01.03.02	IR e CS pagos	(59)	(59)	(1.533)	(1.533)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	164.862	164.862	(1.239)	(1.239)
4.02.01	Compra de Imobilizado	(6.909)	(6.909)	(8.463)	(8.463)
4.02.02	Aquisição de Novas Faculdades	(131.626)	(131.626)	0	0
4.02.03	Adições no Intangível	(978)	(978)	(9.374)	(9.374)
4.02.04	(Aumento) Redução em Valores Mobiliários	304.375	304.375	16.598	16.598
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(141.209)	(141.209)	(1.664)	(1.664)
4.03.01	Ações em Tesouraria	0	0	(345)	(345)
4.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamento	(141.209)	(141.209)	(1.319)	(1.319)
4.03.03	Emissão de Novas Ações	0	0	0	0
4.03.04	Movimentação de Mútuos	0	0	0	0
4.03.05	Prêmio na Emissão de Opções de Ações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2009 a 31/03/2009
4.03.06	Pagamento de Dividendos	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	797	797	(2.593)	(2.593)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.264	17.264	9.114	9.114
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.061	18.061	6.521	6.521

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.325	0	18.325
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	614	0	0	0	0	614
5.12.01	Prêmio de Opções de Ações	0	614	0	0	0	0	614
5.13	Saldo Final	799.584	15.576	0	0	(2.826)	0	812.334

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	799.584	14.962	0	0	(21.151)	0	793.395
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.325	0	18.325
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	614	0	0	0	0	614
5.12.01	Prêmio de Opções de Ações	0	614	0	0	0	0	614
5.13	Saldo Final	799.584	15.576	0	0	(2.826)	0	812.334

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, e suas controladas (doravante "Companhia" ou "Controladora" ou "Kroton") têm por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em sociedades que explorem: (a) a administração de atividades de educação infantil, ensinos fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; e (b) o comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de livros didáticos, paradidáticos, revistas e demais publicações dirigidas à educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e/ou outras atividades educacionais correlatas, bem como o licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica. A Companhia exerce as suas funções através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional Ltda. - EDE.

A Companhia é listada na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - sob a sigla KROT11), onde negocia suas "units", que são ativos compostos por 1 ação ordinária e 6 ações preferenciais.

O modelo de gestão da Companhia é operacionalizado pela EDE e suas controladas que atuam nas áreas de educação:

a) Ministrando cursos regulares e formais de educação infantil, ensinos fundamental, médio, superior, à distância ("on-line") e de tecnólogo, bem como treinamentos de indivíduos e de organizações profissionais.

b) Desenvolvendo, distribuindo e comercializando livros didáticos, edições de jornais, revistas e periódicos, publicidade e divulgação, capacitando a equipe técnica das escolas parceiras, bem como oferecendo um conjunto de soluções às escolas integradas da rede pública e privada de educação.

Aquisição da IUNI Educacional

Após aprovação pelo Conselho de Administração, a Companhia assinou contrato de compra e venda de 100% das ações das empresas da Companhia IUNI Educacional ("IUNI") em 12 de março de 2010. O preço da transação foi estabelecido através de uma avaliação financeira do resultado atual e projetado utilizando como base os demonstrativos financeiros de 30 de junho de 2009. As condições acordadas no contrato de compra e venda foram estabelecidas conforme segue:

- R$133.626 à vista;
- R$58.128 a prazo; (a)

- 4.200.000 “units” da Companhia. (b)

(a) As variações no capital de giro e endividamento ocorridos entre 30 de junho de 2009 e 28 de fevereiro de 2010 foram ajustadas no valor retido a pagar. A Companhia estima que esta parcela será quitada ainda em 2010, podendo haver alguma alteração no valor total a ser pago, contudo não são esperados efeitos relevantes.

(b) As units da Companhia foram emitidas uma vez finalizadas as etapas de incorporação das ações do IUNI ainda detidas pelo ex-controlador, emissão de novas ações da Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE e, por fim, incorporação dessas ações pela Companhia com a consequente emissão de suas próprias ações (“units”).

A IUNI é controladora das seguintes instituições de ensino superior:

- União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura Ltda. - UNIME LF.
- União para Desenvolvimento da Educação e Cultura de Várzea Grande Ltda. - UNIC VARZEA GRANDE.
- União de Faculdades do Amapá Ltda. - FAMA MACAPÁ.
- União das Escolas de Ensino Superior Brasileiras Ltda. - FAMA MARABÁ.
- Unic Sinop Aeroporto Ltda. - UNIC SINOP.
- Unic Tangará Sul Ltda. - UNIC TANGARÁ SUL.
- Sociedade Mantenedora de Ensino Superior de Primavera do Leste Ltda. - UNIC PRIMAVERA ANTIGA.
- Sociedade Mantenedora de Ensino e Cultura de Primavera do Leste Ltda. - UNIC PRIMAVERA NOVA.
- Unime Itabuna Ltda. - UNIME ITABUNA.
- Unime Salvador Ltda. - UNIME SALVADOR.
- Unic Rondonópolis Floriano Peixoto Ltda. - UNIC ROO FP.
- Unic Rondonópolis Arnaldo Estevão Ltda. - UNIC ROO AE.
- Unic Tangará Norte Ltda. - UNIC TANGARÁ NORTE.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendem:

a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

b) As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normais expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

   As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

   Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

   As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no período anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de preparação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir, na data de transição para IFRS/CPC, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do período.

A conciliação dos saldos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009 e de 31 de dezembro de 2009, foram apresentados e arquivados em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A preparação de informações trimestrais consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.3. Consolidação

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em virtude da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (exemplo: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

(i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.

(ii) Dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas inclusive resultados não realizados.

(iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os períodos sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistentes com as práticas contábeis da Companhia, considerando as IFRSs efetivas para o período findo em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

b) Operações e participações de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia não tem mais o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma “joint venture” ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Empresas incluídas nas informações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas incluem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação no capital total - %	
Empresas consolidadas	31/03/2010	31/12/2009
Controlada direta da Companhia:		

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Empresas consolidadas	Participação no capital total - % 31/03/2010	31/12/2009
EDE - Editora e controladora de:	99,99	99,99
Controladas indiretas:		
AESG - Faculdade de Guarapari	99,99	99,99
ÁGORA - Escolinhas de esporte	99,99	99,99
CBTA - Faculdade de Rio Claro	99,99	99,99
FAC ARACAJÚ - Faculdade de Aracajú	99,99	99,99
FACTEF - Faculdade de Teixeira de Freitas	99,99	99,99
FADOM - Faculdade de Divinópolis	99,99	99,99
FATEC - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
GK - Faculdade de Feira de Santana	99,99	99,99
INADE - Instituto de avaliação	99,99	99,99
JAPI - Faculdade de Jundiaí	99,99	99,99
NABEC - Faculdade de tecnologia de Guarapari	99,99	99,99
ORME - Faculdade de tecnologia de Belo Horizonte	99,99	99,99
PAX - Editora Rede Católica	99,99	99,99
PROJECTA - Soluções Educacionais	99,99	99,99
PROJECTA EDE - Editora	99,99	99,99
PSES - Faculdade de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Gov. Valadares, Ipatinga, Poços de Caldas, São Luís e Votorantim	99,99	99,99
SÃO FRANCISCO - Faculdade de Divinópolis	99,99	99,99
SEG - Faculdade de Guarapari	99,99	99,99
SESG - Faculdade de Guarapari	99,99	99,99
SPES - Educação básica	99,99	99,99
SUESC - Faculdade do Rio de Janeiro	99,99	99,99
UCES – Faculdade de Vitória (i)	-	99,99
UMEP - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
UNILINHARES - Faculdade de Linhares	99,99	99,99
UNIMINAS - Faculdade de Uberlândia	99,99	99,99
IUNI - Faculdade de Cuiabá e controladora de: (ii)	99,99	-
UNIC PRIMAVERA ANTIGA - Faculdade Primavera do Leste (ii)	99,99	-
UNIC PRIMAVERA NOVA - Faculdade Primavera do Leste (ii)	99,99	-
UNIC ROO AE - Faculdade de Rondonópolis (ii)	99,99	-
UNIC ROO FP - Faculdade de Rondonópolis (ii)	99,99	-
UNIC SINOP - Faculdade de Sinop (ii)	99,99	-
UNIC TANGARÁ NORTE - Faculdade de Tangará da Serra (ii)	99,99	-
UNIC TANGARÁ SUL - Faculdade de Tangará da Serra (ii)	99,99	-
UNIC VG - Faculdade de Várzea Grande (ii)	99,99	-
UNIME ITABUNA - Faculdade de Itabuna (ii)	99,99	-
UNIME SALVADOR - Faculdade de Salvador (ii)	99,99	-
FAMA MARABÁ - Faculdade de Marabá (ii)	99,99	-
UNIME LF - Faculdade de Lauro de Freitas e controladora de: (ii)	99,99	-
FAMA MACAPÁ - Faculdade de Macapá (ii)	99,99	-

(i) Alienada em 4 de janeiro de 2010.

(ii) Empresas originárias da IUNI, adquiridas em 12 de março de 2010.

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis estão apresentadas na em reais - R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie e depósitos bancários.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como "Receitas financeiras", na demonstração do resultado.

(c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.7.2 Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 "Impairment" de ativos financeiros

(a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia no fim de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.

- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

– Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.

– Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "impairment".

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no fim de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a). Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.8. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 360 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "impairment" de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para "impairment", se necessária.

2.9. Estoques

Demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção.

2.10. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Biblioteca	10
Laboratório	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.

A Administração da Companhia efetuou análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou alterações relevantes a serem efetuadas.

2.11. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas ("impairment"), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por "impairment", que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de "impairment". A alocação é feita para as UGC ou para um grupo de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, aproximadamente 5 anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 16.

2.12. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de "impairment". Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de "impairment" em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para "impairment". Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo montante que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação do relatório.

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Essas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUNI, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

2.17. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados de nível gerencial planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reserva de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.18. Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.19. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.20. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer empresa da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a empresa; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamento de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, com a unidade ou com o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como "Adiantamento de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("impairment") é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis da Companhia no fim do período, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.23. Informação contábil do valor adicionado ("DVA")

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis individuais e como informação suplementar às informações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.24. Normas, alterações e interpretações de normas

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2010, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRS - 2010	Alteração de diversos Pronunciamentos contábeis.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 24	Divulgação de partes relacionadas.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para	Aplicável a períodos anuais com

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
	adotantes pela primeira vez das IFRS.	início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgação - transferência de ativos financeiros.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes, quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo, de acordo com a IAS 40.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013). A publicação é parte do projeto de melhorias do IASB sobre a mensuração, a classificação e o reconhecimento de instrumentos financeiros emitido em novembro de 2009 e substitui a parte da IAS 39 relacionada à mensuração e classificação de ativos financeiros. Esse pronunciamento determina a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: ativos reconhecidos ao valor justo e ativos reconhecidos ao valor de custo amortizado com a determinação da classificação, sendo realizada no momento do reconhecimento do ativo e de acordo com o modelo de negócios da Companhia e as características do instrumento financeiro contratado. Em virtude das características dos instrumentos financeiros atualmente contratados pela Companhia, não são esperados efeitos significativos no momento da adoção desse pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as informações contábeis a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Práticas contábeis críticas são aquelas que são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das informações contábeis, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Perda (“impairment”) estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (UGCs), e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do período em que ocorrerem e não podem ser revertidas em períodos seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Em 31 de março de 2010 o saldo consolidado de ágio é de R$444.906 (R$91.045 em 31 de dezembro de 2009).

b) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no “IAS 12 - Liability Method”) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das informações contábeis e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Em 31 de março de 2010 é de R$848 (R$469 em 31 de março de 2009).

c) Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essas provisões estão corretamente apresentadas nas informações contábeis. Em 31 de março de 2010, o saldo consolidado da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é de R$30.155 (R$5.270 em 31 de dezembro de 2009).

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afetam os testes de recuperação do custo, quando necessário.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Política de utilização de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O objetivo da Companhia na Gestão de Capital é garantir os recursos necessários para a execução da sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

No primeiro trimestre de 2010, a Companhia apresentava caixa líquido destinado a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente ou através de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

(b) Risco de mercado

Risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade das empresas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	31/03/2010	%	31/12/2009	%
Empréstimos e financiamentos				
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	13.166	60,8	13.842	93,1
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	2.486	11,5		
Outras	6.001	27,7	1.027	6,9
	21.653	100,0	14.869	100,0

(c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei 6.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. As empresas contam ainda com provisão para créditos de realização duvidosa no montante de R$ 60.699 correspondente a 28,83% (31 de dezembro de 2009 – R$ 24.284, correspondente a 27,44%), do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

(d) Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Comapnhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de março de 2010			
Empréstimos e financiamentos	4.427	9.476	1.749
Obrigações com arrendamento financeiro	3.583	1.167	1.251
Fornecedores	17.075	-	-
Outras obrigações	157.451	21.498-	76.724
Em 31 de dezembro de 2009			
Empréstimos e financiamentos	4.766	6.361	2.715
Obrigações com arrendamento financeiro	399	343	285
Fornecedores	9.896	-	-
Outras obrigações	34.307	16.515	-

4.2 Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	31/03/2010	31/12/2009
Total dos empréstimos (nota nº 18)	21.653	14.869
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº 7)	(18.061)	(17.264)
Dívida líquida	3.592	(2.395)
Total do patrimônio líquido	812.334	793.418
Total	815.926	791.023
Índice de alavancagem financeira	0,4%	(0,3)%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo contábil do contas a receber de clientes menos a provisão para perdas,seja próximo de seu valor justo. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	31/03/2010 Nivel 2	31/12/2009 Nivel 2
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Certificados de Depósitos Bancário - CDB	89.099	393.120

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de março de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Os instrumentos incluídos no Nível 2 compreendem, principalmente, os investimentos classificados como títulos disponíveis para venda.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Em 31 de março de 2010, a Companhia não possuía instrumentos instrumentos financeiros classificados no nível 3.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos financiamentos tem suas taxas atreladas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e aproxima-se do valor de mercado.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

4.4 Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.
Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do trimestre findo em 31 de março de 2010, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável para o período dos próximos 12 meses seria equiparado ao de 31 de março de 2010.

(a) Títulos e valores mobiliários

Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI	89.099	Desvalorização do CDI	7.663	5.747	3.832

(b) Empréstimos e financiamentos

Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
IPCA	13.166	Alta do IPCA	681	851	1.022

Indexadores utilizados: CDI – 8,6% a.a., IPCA – 5,17% a.a.

A administração elaborou análise de sensibilidade para os demais instrumentos financeiros em 31 de março de 2010 e verificou que os mesmos não apresentam risco de prejuízo material.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA – CONSOLIDADO

	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos em 31 de março de 2010			
Títulos e valores mobiliários	-	89.099	89.099
Contas a receber de clientes	149.453	-	149.453
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	53.360	-	53.360
Caixa e equivalentes de caixa	18.061	-	18.061
	220.874	89.099	309.973

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos em 31 de março de 2010		
Empréstimos	21.653	21.653
Fornecedores	17.075	17.075
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)	228.732	228.732
	267.460	267.460

	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos em 31 de dezembro de 2009			
Títulos e valores mobiliários	-	393.120	393.120
Contas a receber de clientes	63.795	-	63.795
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	41.649	-	41.649
Caixa e equivalentes de caixa	17.264	-	17.264
	122.708	393.120	515.828

Passivos mensurados

	ao custo amortizado
Passivos em 31 de dezembro de 2009	
Empréstimos	13.842
Obrigações de arrendamento financeiro	1.027
Fornecedores	9.896
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)	38.874
	63.639

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/03/2010	31/12/2009
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito:		
Grupo 1 – Ensino Superior	83.759	34.171
Grupo 2 – Educação Básica	65.694	29.624
	149.453	63.795
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA	17.375	15.218
AA	17	1.220
A	304	545
BBB	42	42
Outros	323	239
	18.061	17.264

O saldo residual do item "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	31/03/2010	31/12/2009
Títulos de dívida disponíveis para venda		
AAA	73.614	337.716
AA	8.501	43.669
A	6.383	6.300
Outros	601	5.435
	89.099	393.120

- Grupo 1 – Clientes/partes relacionadas existentes proveniente dos produtos oferecidos no ensino superior.

- Grupo 2 – Clientes/partes relacionadas existentes proveniente dos produtos oferecidos na educação básica.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último período.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Bancos - conta movimento	53	53	18.061	17.264

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – NÃO CIRCULANTE

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros classificados como disponível para venda, conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Aplicações remuneradas pelo CDI (i)	89.085	393.120
Outros	14	-
	89.099	393.120

As aplicações acima possuem liquidez imediata e foram classificados como títulos e valores mobiliários por estarem substancialmente vinculadas a investimentos futuros relacionados aos projetos de expansão.

O rendimento médio mensal no trimestre findo em 31 de março de 2010 foi de 0,67% e o montante de receitas financeiras geradas no trimestre findo em 31 de março de 2010 foi de R$ 6.879 (31 de março de 2009 - R$ 3.029).

(i) Refere-se a aplicações financeiras efetuadas nos bancos de primeira linha em Certificado de Depósito Bancário – CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures e fundos de investimento que poderão ser resgatadas a qualquer momento. Estas aplicações possuem rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2010 e 2009 - entre 100% a 104,5 %).

Os títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 são mantidos em Reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

9. CONTAS A RECEBER – CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/12/2009
Ensino Superior (i)	142.090	58.952
Educação Básica	68.487	29.552
	210.577	88.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) (ii)		
Ensino Superior	(58.331)	(22.239)
Educação Básica	(2.368)	(2.045)
	(60.699)	(24.284)
Ajuste a valor presente – AVP (iii)	(425)	(425)
	149.453	63.795
Ativo Circulante	129.970	63.795
Ativo não Circulante	19.483	-

(i) Na aquisição do IUNI ficou estabelecido que as mensalidades escolares vencidas há mais de 180 dias permaneceriam de propriedade do ex-acionista. Este ativo foi baixado na elaboração do balanço de transferência em conformidade com o contrato de compra e venda e o seu recebimento será pago ao ex-controlador do IUNI como complemento do preço. Também foram registradas provisões para perdas dos saldos de crédito estudantil próprio.

(ii) A Companhia, incluindo o IUNI a partir de 1º de março de 2010, estão reconhecendo a provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com a medição da eficiência da cobrança das safras de recebíveis (histórico e tendência de inadimplência). Durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, a Companhia reconheceu como perda no resultado do período o montante de R$ 7.193 – consolidado (31 de março de 2009 R$ 1.242 – consolidado).

(iii) O Ajuste a Valor Presente - AVP é calculado somente sobre os saldos das contas a receber das coleções de livros, por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando o Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC como taxa de desconto. À medida que ocorre a realização das contas a receber, o saldo classificado como AVP é reconhecido como receita financeira.

Os valores a receber da venda de livros foram, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

As contas a receber de faculdades e colégio não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas pelo valor justo. Os valores a receber da venda de livros foram, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

As contas a receber de clientes da em 31 de março de 2010 e de 31 de dezembro de 2009 são mantidas em reais.

A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 31 de março de 2010 e de 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de março de 2010, as contas a receber no montante de R$77.069 estavam totalmente adimplentes.

Em 31 de março de 2010, as contas a receber no montante de R$119.514 estavam vencidas, mas não “impaired”. Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A análise de vencimento dessas contas a receber de clientes líquidas está apresentada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Até 3 meses	23.957	15.353
De 3 a 6 meses	23.637	9.716
De 7 a 12 meses	16.497	9.912
De 13 a 18 meses	10.605	10.879
	74.696	45.860

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	31/13/2010	31/12/2009
Valores a vencer-	77.069	18.360
Vencidos:		
Até 30 dias	14.372	6.807
Entre 31 e 60 dias	12.392	4.514
Entre 61 e 90 dias	7.879	4.032
Acima de 91 dias	98.865	54.791
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(60.699)	(24.284)
Ajuste a valor presente	(425)	(425)
	149.453	63.795

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber e na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31de dezembro de 2009	24.284
Adição proveniente do IUNI	29.222
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.193
Saldo em 31 de março de 2010	60.699

10. ESTOQUES – CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/12/2009
Livros e coleções Pitágoras	9.896	11.328
Matéria prima – papel	1.122	2.207
Livros comerciais	215	232
Materiais para publicidade e outros	275	264
Adiantamentos a fornecedores	217	368
Almoxarifado	182	-
Provisão para perdas (i)	(2.380)	(2.049)
	9.527	12.350

(i) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização dos mesmos. Parte destes estoques é utilizada pela equipe da captação de clientes e seu custo é apropriado ao resultado à medida que os livros são entregues às escolas em prospecção.

O custo dos estoques reconhecidos na rubrica "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado no trimestre findo em 31 de março de 2010, totalizou R$ 9.015 (31 de março de 2009 – R$ 7.196).

Em 2010, a Companhia efetuou provisão para perda de estoque no valor de R$962 (2009 - R$1.395), relacionado a itens de estoque de coleções anteriores a 2009. Os valores relacionados à referida provisão foram registrados na rubrica “custos de produtos vendidos”, na demonstração do resultado.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.049)
Provisão registrada no período	(331)
Saldo em 31 de março de 2010	(2.380)

11 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CONSOLIDADO

Campus	Fornecedor	31/03/2010	31/12/2009
Campus Betim	PFC Gestão Patrimonial	8.309	7.081
Campus Raja	Construtora Almeida	6.994	7.388
Campus Governador Valadares	Novatécnica	1.000	1.000
Outros		3.189	2.535
		19.492	18.004
Ativo circulante		7.401	5.510
Ativo não circulante		12.091	12.494

Consistem, substancialmente, em antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim, Raja e Governador Valadares. Esses valores são classificados como recuperáveis no ativo circulante, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato.

12 TRIBUTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Circulante:		
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	8.755	4.547
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV – parcelas de adesão (b)	351	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar	453	445
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	79	77
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN a recuperar	226	29
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	234	234
	10.098	5.332
Não circulante:		
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar (c)	4.110	-
Total de impostos a recuperar	14.208	5.332

a) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, formado principalmente no período corrente da EDE que representa R$ 6.345 e da IUNI que totaliza R$ 538 do saldo apresentado. Saldo este que será utilizado para abater o passivo de IR e CS, bem como compor saldo negativo de IRPJ e CSLL que poderá ser utilizado para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

b) Em abril de 2008, algumas controladas aderiram ao parcelamento regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/07, denominado "Parcelamento das IES". Posteriormente, as mesmas controladas resolveram abandonar essa modalidade de parcelamento e aderiram ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09. Como o "parcelamento das IES" ainda não tinha sido consolidado, todos os pagamentos de parcelas de adesão a esse programa de financiamento serão objeto de ressarcimento e/ou compensação com outros débitos tributários, de acordo com processos administrativos ou judiciais de iniciativa da Companhia, perante os órgãos competentes.

c) Do saldo R$3.691 referem-se à liquidação antecipada de parcelamentos previdenciários e parcelamento das FIES da UNIME LF, que serão utilizados na amortização do saldo a ser consolidado no REFIS IV.

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

a.1) Controladora

	31/03/2010	31/03/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.325	24.905
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(6.231)	(8.467)
Reconciliação para a receita do imposto de renda e da contribuição social		
Equivalência patrimonial	6.090	8.467
Crédito tributário não constituído	(141)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-	-

a.2) Consolidado

	31/03/2010	31/03/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do período	25.423	31.295
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(8.644)	(10.640)
Reconciliação para a receita do imposto de renda e da contribuição social		
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (i)	2.195	4.448
Adições, exclusões permanentes, líquidas	99	329
Reversão de crédito tributário e complemento de anos anteriores	(539)	(552)
Crédito tributário não constituído (ii)	(208)	(17)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(7.097)	(6.432)

(i) Conforme descrito abaixo, corresponde a empresas que possuem isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro em função de ter aderido ao ProUNI.

(ii) Estes valores estão relacionados com crédito tributário provenientes de reestruturação societária, que está sendo revertido na proporção de 1/120 meses.

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com o IFRS, foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa (ou receita) no resultado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos, registrados substancialmente na controlada EDE, apresentam-se como segue:

	31/03/2010	31/12/2009
Prejuízos fiscais de imposto de renda	5.159	4.181
Bases negativas de contribuição social	1.858	1.507
Diferenças temporárias (principalmente ágios)	2.493	4.553
	9.510	10.241

A administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social sobre adições temporárias são decorrentes principalmente do ágio proveniente da incorporação pelo Pitágoras Apollo Internacional S.A. (“PAI”) da Apollo do Brasil Participações Ltda. (“Apollo Brasil”).

De acordo com as projeções elaboradas pela administração das empresas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo serão realizados nos seguintes anos:

	31/03/2010	31/12/2009
2010	2.088	2.997
2011	3.003	3.003
2012	3.246	3.246
2013	1.173	995
	9.510	10.241

Além desse ativo fiscal diferido, a Companhia possui em seus registros fiscais o montante de R$ 209 (31de março de 2009 – R$ 17) a compensar com lucros tributários futuros, ainda não registrado contabilmente, por não ser possível afirmar que sua realização é considerada provável.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido das empresas da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Incentivos fiscais

O Programa Universidade para Todos - ProUNI, que estabelece, através da Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas neste programa.

Segundo a Instrução Normativa 456 de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUNI fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Em função da isenção destes tributos a quem adere ao ProUNI, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetua contabilização de créditos tributários. Os créditos tributários não constituídos em função do ProUNI em 31 de março de 2010 representa R$ 2.195 (31 de março de 2009 – R$ 4.448).

Adicionalmente, as empresas que têm por atividade principal a comercialização de livros, gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes na venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28º da Lei 10.865/04. Estas empresas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos conforme determinado no artigo 5º do decreto 43.808 de 13 de dezembro de 2002.

14 INVESTIMENTOS

a) Informação sobre investimentos da Controladora

Controlada EDE

	31/03/2010	31/12/2009
Quantidade de cotas possuídas	790.399.960	790.399.960
Participação no capital social - %	99,99	99,99
Capital social	790.340	790.340
Patrimônio líquido	833.362	816.528
Lucro (Prejuízo) do período	18.740	(7.165)
Saldo contábil do investimento (*)	812.769	793.415
Equivalência patrimonial	18.740	(7.165)

(*) O saldo contábil do investimento e o patrimônio líquido da controlada diferem devido à participação recíproca entre as empresas.

A movimentação do investimento nos períodos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	793.415
Aumento de capital	-
Resultado de equivalência	18.740
Dividendos antecipados	-
Compra de ações da Companhia para tesouraria	-
Outorga de plano de opção de ações	614
Outros	-
Saldo em 31 de março de 2010	812.769

b) Informações sobre investimentos da EDE nas suas controladas

	Quantidade de quotas possuídas		Capital Social		Patrimônio líquido contábil	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
AESG	7.850	7.850	7.850	7.850	6.075	6.192
ÁGORA	709.198	709.198	709	709	(46)	50
CBTA	2.403.044	2.403.044	2.403	2.403	450	1.121
FAC ARACAJÚ	56.022	56.022	56	56	38	39
FACTEF	2.014.333	2.014.333	2.014	2.014	4.165	3.420
FADOM	4.985.223	4.985.223	4.985	4.985	6.347	5.993
FATEC	816.919	816.919	817	817	582	575
GK	5.000	5.000	5	5	(104)	
INADE	1.000.000	1.000.000	1.000	1.000	3.293	3.539
JAPI	5.968.809	5.968.809	5.969	5.969	2.872	3.165
NABEC	10.000	10.000	10	10	(666)	(654)
ORME	17.513.840	17.513.840	17.514	17.514	13.513	13.294
PAX	4.306.972	4.306.972	4.307	4.307	4.209	2.800
PROJECTA	100.000	100.000	93	93	52	46
PROJECTA EDE	5.003.336	5.003.336	5.003	5.003	2.545	2.287
PSES	106.336.613	106.336.613	106.337	106.337	135.956	134.069
SÃO FRANCISCO	258.000	258.000	258	258	258	258
SEG	299.787	299.787	300	300	292	294
SESG	60	60	60	60	723	553
SPES	18.316.710	18.316.710	18.317	18.317	16.395	16.011
SUESC	24.763.000	24.763.000	24.763	24.763	20.113	20.084
UCES		2.771.075		2.771		
UMEP	18.009.874	18.009.874	18.010	18.010	6.796	6.403
UNILINHARES	6.927.757	6.927.757	6.928	6.928	5.518	

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

						4.682
UNIMINAS	10.168.304	10.168.304	10.168	10.168	5.347	5.423
IUNI (*)	2.000.000	-	2.000	-	(115.350)	-
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (*)	366.000	-	366	-	(831)	-
UNIC PRIMAVERA NOVA (*)	1.457.000	-	1.457	-	97	-
UNIC ROO AE (*)	150.000	-	150	-	(49)	-
UNIC ROO FP (*)	1.386.703	-	1.387	-	(3.097)	-
UNIC SINOP (*)	120.000	-	120	-	1.887	-
UNIC TANGARÁ NORTE (*)	2.108.000	-	2.108	-	(2.411)	-
UNIC TANGARÁ SUL (*)	3.236.010	-	3.226	-	(459)	-
UNIC VG (*)	111.100	-	111	-	69	-
UNIME ITABUNA (*)	5.069.000	-	5.069	-	(1.608)	-
UNIME SALVADOR (*)	7.069.000	-	7.069	-	(245)	-
FAMA MARABÁ (*)	20.000	-	20	-	(454)	-
UNIME LF (*)	17.883.026	-	17.883	-	(15.700)	-
FAMA MACAPÁ (*)	40.000	-	40	-	(2.235)	-

(*) Lucro e equivalência a partir do mês de março de 2010.

	Lucro (prejuízo) do período		Saldo contábil do investimento		Equivalência Patrimonial	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
AESG	(119)	118	6.075	6.192	(119)	118
ÁGORA	(95)	(42)	(46)	50	(95)	(42)
CBTA	(671)	(461)	450	1.121	(671)	(461)
FAC ARACAJÚ	-	-	38	39	-	-
FACTEF	743	733	4.165	3.420	743	733
FADOM	354	1.130	6.347	5.993	354	1.130
FATEC	6	(35)	582	575	6	(35)
GK	(104)	-	(104)	-	(104)	-
INADE	(245)	181	3.293	3.539	(245)	181
JAPI	(294)	(165)	2.872	3.165	(294)	(165)
NABEC	(12)	(159)	(666)	(654)	(12)	(159)
ORME	219	876	13.513	13.294	219	876

PAX	1.407	273	4.209	2.800	1.407	273
PROJECTA	(1)	(49)	52	46	(1)	(49)
PROJECTA EDE	258	162	2.545	2.287	258	162
PSES	1.875	11.050	135.956	134.069	1.875	11.050
SÃO FRANCISCO	-	-	258	258	-	-
SEG	(2)	-	292	294	(2)	-
SEL	-	(112)	-	-	-	(112)
SESG	170	128	723	553	170	128
SPES	382	(230)	16.395	16.011	382	(230)
SUESC	27	(254)	20.113	20.084	27	(254)
UCES	-	(318)	-	-	-	(318)
UMEP	391	122	6.796	6.403	391	122
UNILINHARES	836	209	5.518	4.682	836	209
UNIMINAS	(77)	70	5.347	5.423	(77)	70
IUNI (*)	2.858	-	(115.350)	-	2.858	-
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (*)	101	-	(831)	-	101	-
UNIC PRIMAVERA NOVA (*)	347	-	97	-	347	-
UNIC ROO AE (*)	550	-	(49)	-	550	-
UNIC ROO FP (*)	35	-	(3.097)	-	35	-
UNIC SINOP (*)	153	-	1.887	-	153	-
UNIC TANGARÁ NORTE (*)	(106)	-	(2.411)	-	(106)	-
UNIC TANGARÁ SUL (*)	189	-	(459)	-	189	-
UNIC VG (*)	107	-	69	-	107	-
UNIME ITABUNA (*)	358	-	(1.608)	-	358	-
UNIME SALVADOR (*)	(162)	-	(245)	-	(162)	-
FAMA MARABÁ (*)	(5)	-	(454)	-	(5)	-
UNIME LF (*)	(37)	-	(15.700)	-	(37)	-
FAMA MACAPÁ (*)	203	-	(2.235)	-	203	-

(*) Lucro e equivalência a partir do mês de março de 2010.

15 IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

		31/03/2010			31/12/2009		
	Taxa média Depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20	22.976	(11.950)	11.026	17.041	(8.141)	8.900
Móveis, utensílios e instalações	10	45.379	(18.918)	26.461	30.877	(8.980)	21.897
Veículos	20	1.919	(1.164)	755	529	(276)	253
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	10	51.722	(7.751)	43.971	42.880	(6.155)	36.725
Biblioteca	10	39.146	(14.241)	24.905	26.121	(6.418)	19.703
Laboratório	10	15.449	(2.474)	12.975	9.969	(2.250)	7.719
Edificações e benfeitorias	4	42.857	(3.861)	38.996	41.633	(3.823)	37.810
Imobilizado em andamento		31.559	-	31.559	20.476	-	20.476
Terrenos		14.154	-	14.154	14.154	-	14.154
Outros		30	-	30	16	-	16
		265.191	(60.359)	204.832	203.696	(36.043)	167.653

(i) Refere-se substancialmente a gastos incorridos em benfeitorias nos novos *campi* da Faculdade Pitágoras em São Luis, Betim, Ipatinga, Contagem, Maceió e Belo Horizonte. O cronograma de execução dessas obras é elaborado de acordo com a aprovação dos cursos protocolados no Ministério da Educação e Cultura – MEC, e as mencionadas benfeitorias são transferidas para a conta de "Benfeitorias em imóveis de terceiros" à medida que as salas de aula, laboratórios e áreas comuns são colocadas à disposição dos alunos.

A depreciação do período alocada ao custo dos produtos vendidos, custo dos serviços prestados e nas despesas administrativas em 31 de março de 2010 foi de R$ 4.063 (31 de março de 2009 R$ 2.899).

Os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos saldos no trimestre findo em 31 de março de 2010 está demonstrada a seguir:

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	203.696	(36.043)	167.653
Aquisição por combinação de empresas	55.123	(20.341)	34.782
Adições	6.909	(4.063)	2.846
Baixas	(537)	88	(449)
Saldo em 31 de março de 2010	265.191	(60.359)	204.832

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 3,87% a 5,83% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 31 de março de 2010, o saldo de arrendamentos totalizava R$ 6.001 (31 de dezembro de 2009 - R$ 1.027).

16 INTANGÍVEL

	Controladora	Consolidado				
	Ágio pago em aquisição (a)	Softwares	Ágio pago em aquisições (a)	Desenvolvimento de projetos internos (b)	Carteira de clientes (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.191	9.115	91.045	73.416	-	173.576
Custo total	10.523	12.643	103.772	77.787	-	194.202
Amortização acumulada	(3.332)	(3.528)	(12.727)	(4.371)	-	(20.626)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2009	7.191	9.115	91.045	73.416	-	173.576
Adições provenientes do IUNI	-	4.298	76.819	-	-	81.117
Adições	-	394	277.042	586	28.069	306.091
Baixas	-	(40)	-	-	-	(40)
Amortização	-	(356)	-	(641)	(562)	(1.559)
Saldos em 31 de março de 2010	7.191	13.411	444.906	73.361	27.507	559.185
Custo total	10.523	17.469	457.633	78.373	28.069	581.544
Amortização acumulada	(3.332)	(4.058)	(12.727)	(5.012)	(562)	(22.359)
Valor contábil líquido em 31 de março de 2010	7.191	13.411	444.906	73.361	27.507	559.185

A amortização do período até 31 de março de 2010 alocada ao custo dos produtos vendidos, ao custo dos serviços prestados e às despesas administrativas foi de R$ 1.559.

(a) Ágio pago em aquisição

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas informações contábeis consolidadas.

O ágio pago em aquisições é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
AESG (iv)	-	-	2.209	2.209
CBTA (iv)	-	-	2.877	2.877
Cidade Jardim (ii)	-	-	6.889	6.889
Editora (iii)	7.191	7.191	7.191	7.191
FACTEF (iv)	-	-	5.423	5.423
FADOM (iv)	-	-	9.358	9.358
FATEC (iv)	-	-	305	305
GK (iv)	-	-	500	500
JAPI (iv)	-	-	3.809	3.809
NABEC (iv)	-	-	130	130
São Francisco (iv)	-	-	928	928
SESG (iv)	-	-	1.819	1.819
SUESC (iv)	-	-	7.550	7.550
UMEP (iv)	-	-	11.550	11.550
UNILINHARES (iv)	-	-	10.477	10.477
UNIMINAS (iv)	-	-	20.030	20.030
IUNI (i)	-	-	277.042	-
FAMA MARABÁ (iv)	-	-	254	-
FAMA MACAPÁ (iv)	-	-	8.007	-
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (iv)	-	-	3.457	-
UNIC PRIMAVERA NOVA (iv)	-	-	7.673	-
UNIC ROO AE (iv)	-	-	8.848	-
UNIC ROO FP (iv)	-	-	2.780	-
UNIC SINOP (iv)	-	-	2.666	-
UNIC TANGARÁ DO NORTE (iv)	-	-	8.084	-
UNIC TANGARÁ DO SUL (iv)	-	-	8.417	-
UNIC VÁRZEA GRANDE	-	-	(197)	-
UNIME ITABUNA (iv)	-	-	15.700	-
UNIME SALVADOR (iv)	-	-	11.130	-
	7.191	7.191	444.906	91.045

(i) Vide nota explicativa nº 32.

(ii) Referem-se ao ágio registrado no aumento da participação da PSES no Colégio Pitágoras Cidade Jardim S.A., o qual foi incorporado pela PSES em outubro de 2003. Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, e teve sua amortização iniciada a partir do ano de 2004, à taxa de 10% ao ano. Em janeiro de 2007 este ágio foi transferido para a SPES, em função da aquisição do colégio Cidade Jardim.

(iii) Refere-se ao ágio registrado originalmente na APOLLO PARTNERS, em função da aquisição de quotas da EDE detidas pela Apollo Europe. Na reestruturação societária ocorrida no 2º trimestre de 2007, houve incorporação reversa da APOLLO PARTNERS

pela EDE para aproveitamento fiscal do ágio e, em linha com as diretrizes da CVM 349/01, foi constituída provisão na incorporada no montante da diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização. Na conclusão do processo de reestruturação, o ágio foi recomposto na Controladora em consonância com a CVM 349/01.

(iv) Refere-se aos ágios registrados nas aquisições de faculdades, com fundamentação em expectativas de rentabilidade futura, exceto SUESC, registrado basicamente em função da mais valia do ativo imobilizado.

Testes do ágio para verificação de "impairment"

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Educação básica	7.191	7.191	14.080	14.080
Ensino superior	-	-	430.826	76.965
	7.191	7.191	444.906	91.045

Os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando as UGCs pela Companhia, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das faculdades. O cálculo considera cinco anos de projeção, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento real de 3,0% ao ano. A taxa de desconto utilizada foi de 19,6% ao ano.

As premissas utilizadas na projeção consideram o número médio de alunos dos campi, com crescimento médio de 19,6% ao ano, suportado pela abertura de novos cursos.

b) Desenvolvimento de projetos internos

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Novas unidades e novos cursos (i)	52.234	51.965
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	7.469	7.737
Novos contratos Rede (iii)	8.231	8.289
Ensino a distância (iv)	3.571	3.570
Avaliação ensino superior (v)	1.856	1.855
	73.361	73.416

(i) Referem-se aos gastos incorridos com:

- Abertura das unidades como Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Aracajú, Contagem, Governador Valadares e expansão dos campi Cidade Jardim, Guajajaras e centro, em Belo Horizonte, Venda Nova, Contagem, dentre outros;
- Investimentos em lançamento de novos produtos;
- Infra estrutura operacional e tecnológica adicional que é requerida pelo MEC para garantir a operação do ensino superior;
- Desenvolvimento do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados junto ao MEC e os gastos incorridos no processo de credenciamento de novos *campi* e cursos.

(ii) Refere-se a gastos incorridos com a concepção e desenvolvimento de metodologia acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações) para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras.

(iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras.

(iv) Referem-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância com o objetivo de oferecer ensino superior semi-presencial e via internet em diversas localidades do país.

(v) Referem-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para
avaliação de ensino superior, oferecido pela empresa INADE.

c) Carteira de clientes

Parte do ágio pago na compra da IUNI foi alocada à carteira de clientes, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de ganho futuro. O saldo é de R$28.069 e que será amortizado em até cinco anos, prazo máximo estimado de geração de caixa da carteira adquirida.

17 FORNECEDORES – CONSOLIDADO

O saldo de fornecedores é composto substancialmente por serviços e produtos necessários para a produção e comercialização de livros didáticos da Coleção Pitágoras, que são distribuídos para os colégios da rede de Educação Básica. O saldo também possui serviços e consultorias voltados para área de educação.

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

(a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	31/03/2010	31/12/2009
Moeda nacional		
BDMG (i)	13.166	13.842
Capital de Giro (ii)	2.486	-
Arrendamento Mercantil (iii)	6.001	1.027
	21.653	14.869
Passivo circulante	8.010	5.165
Passivo não circulante	13.643	9.704

(i) Refere-se ao financiamento provido com recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - FINDES, obtido junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, para expansão das operações de ensino superior. O recurso obtido foi investido em livros, móveis, máquinas, equipamentos de laboratórios e informática e obras civis e infra-estrutura de logística e tecnologia de informação.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor total do financiamento é de R$ 15.000, com juros de 6% ao ano e atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (2008 - 5,90%; 2007 - 4,46%), carência de 24 meses a partir de dezembro de 2006 e amortização em 60 meses. Em caso de adimplência das 12 primeiras parcelas a taxa de juros será reduzida para 4% ao ano.

(ii) Refere-se a utilização para capital de giro, utilizados para a expansão de suas atividades. Os encargos financeiros contratados são atrelados à variação do Certificado de Depósito Bancário (CDB) adicionados de taxas pré e pós-fixadas que variam entre 0,9% a 3,0% a.m. As garantias prestadas estão compostas por recebíveis, notas promissórias e aval dos sócios fundadores do IUNI.

(iii) Equipamentos de Informática, foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 0,56% a 3,00% ao mês, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses.

Na segunda quinzena de março a Companhia optou pela liquidação de todos empréstimos de capital de giro e leasings do IUNI, mantendo em aberto apenas os empréstimos com bancos de fomento e REFIS em função do baixo custo deste capital. O pré-pagamento do endividamento IUNI totalizou R$ 140.853 em contrapartida à redução das aplicações financeiras da Companhia
Não há cláusulas que exijam a manutenção de indicadores financeiros (covenants).

Os saldos não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/03/2010	31/12/2009
Ano de vencimento		
2011 (nove meses em 31 de março de 2010)	5.455	3.409
2012	5.188	3.295
2013	3.000	3.000
	13.643	9.704

(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	14.869
Adição proveniente do IUNI	150.077
Juros provisionados	1.405
Amortização de encargos	(1.760)
Amortização de principal	(143.052)
Saldo em 31 de março de 2010	21.653

(c) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

19 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS – CONSOLIDADO

As provisões de salários e encargos foram registrados no resultado da Companhia nas rubricas de “Custos dos serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

	31/03/2010	31/12/2009
Salários a pagar	6.521	56
INSS a recolher	6.109	3.485
FGTS a recolher	610	630
IRRF a recolher	6.283	1.527
Provisão de férias	6.571	8.012
Provisão de 13o salário	4.028	-
Encargos sobre provisões	3.224	2.685
PIS sobre folha	2.432	-
Outros	1.502	(32)
	37.280	16.363

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado do período nas rubricas “Custos dos serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

A movimentação do saldo de salários e encargos sociais está demonstrada a seguir:

	Provisão de férias	Provisão de 13º salário	Provisão de encargos	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2009	8.012	-	2.685	10.697
Adições	1.354	4.028	1.433	6.815
Amortizações/baixas	(2.795)	-	(894)	(3.689)
Saldo em 31 de março 2010	6.571	4.028	3.224	13.823

20 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES – CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/12/2009
Recebimentos antecipados por vendas de coleções didáticas (i)	19.874	9.661
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades (ii)	7.067	2.290
Circulante	26.941	11.951

(i) Os recebimentos antecipados por conta de coleções didáticas a serem entregues ao longo do próximo ano letivo são apropriados à receita quando da entrega das coleções a que se referem.

(ii) Os recebimentos antecipados por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano letivo quee inicia são apropriados à receita ao longo do período em base de duodécimos quando relativos a matrículas, ou na medida em que os serviços forem prestados.

21 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS – CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/12/2009
REFIS IV (a)	39.428	-
Parcelamentos municipais (b)	5.650	334
Parcelamento do INSS (c)	7.389	81
Parcelamentos federais (d)	835	-
	53.302	415
Circulante	7.649	415
Não circulante	45.653	-

(a) REFIS IV

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 27 de Maio de 2009, por meio da Lei n° 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de Novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Este parcelamento prevê, entre outras, (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorrerá no ano de 2010.

As controladas formalizaram a opção pelo parcelamento entre os meses de setembro e novembro de 2009, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das prestações e, no que aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Os débitos das controladas inseridas neste novo programa de parcelamento são, principalmente, provenientes de INSS e saldos remanescentes de parcelamentos anteriores que inclui IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. Na presente data de 31/03/2010 o montante atualizado da dívida que compõem o parcelamento está demonstrado no quadro abaixo:

	31/03/2010
Dívida integral constituída	59.828
Redução de multa, juros e encargos legais conforme adesão ao parcelamento	(12.400)
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CS no abatimento de multa e juros	(8.000)
	39.428
Circulante	2.731
Não circulante	36.697

O parcelamento está constituído em 180 parcelas mensais, sendo que em 31 de março de 2010 restavam até 175 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa Selic, tendo sido pago em março de 2010 o montante de R$ 137 de parcelas de adesão antes da consolidação.

Os efeitos líquidos reconhecidos nestas demonstrações contábeis combinadas consolidadas estão apresentados resumidamente por IES e tributos correspondentes a seguir:

IES	Tributo parcelado	31/03/2010
Fama Macapá	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, Pis e Cofins	2.063
Iuni	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, Pis e Cofins	10.722
Unic Primavera Nova	INSS, IRRF	716
Unic Primavera Antiga	INSS, IRRF	598
Unic Sinop	INSS, IRPJ, CSLL e IRRF	296
Unic Tangará Norte	INSS, IRRF	823
Unic Tangará Sul	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, Pis e Cofins	1.073
Unic ROO AE	IRPJ, CSLL e IRRF	114
Unic ROO FP	INSS, IRRF, Pis e Cofins	99
Unime Itabuna	IRPJ, CSLL, IRRF e Cofins	417
Unime Lauro de Freitas	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, Pis e Cofins	22.248
Unime Salvador	IRPJ, CSLL, IRRF, Pis e Cofins	259
Total circulante e não circulante		39.428

Programa de parcelamento fiscal referente aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional inclusive saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), Parcelamento Excepcional (Paex), os parcelamentos previstos no artigo 38 da Lei 8.212 e no artigo 10 da Lei 10.522. Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/03/2010
2011	1.990
2012	2.731
2013	2.731
2014	2.731
2015	2.731
2016	2.731
2017	2.731
2018	2.731
2019	2.731

2020	2.731
2021	2.731
2022	2.731
2023	2.731
2024	1.935
Total do não circulante	36.697

O valor de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, utilizado para liquidação dos débitos, monta a R$ 8.000 em 31 de março de 2010.

(b) Parcelamentos Municipais

(i) Factef

Refere-se a débitos junto à Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas de julho de 2003 a março de 2008, consolidadas em julho de 2008. O parcelamento foi concedido em 48 parcelas mensais, a partir da data da consolidação. O valor total do débito é de R$ 1.042 já acrescidos de juros e multas. O mesmo foi amortizado em 50% nas duas primeiras parcelas. O restante do débito está sendo recolhido em parcelas no valor de R$ 11. Até a data de 31 de março de 2010 já foram pagas 19 parcelas, permanecendo um saldo remanescente de R$ 329.

(ii) Iuni

Refere-se a autos de infração de ISS de abril de 2008 a junho de 2009. O débito foi parcelado em 36 parcelas num montante de R$ 2.164. Faltam 32 parcelas de R$ 67 e é reajustado pelo IPCA anualmente.

(iii) Unime Lauro de Freitas

Referem-se a saldos de parcelamento de autos de infração ocorridos entre janeiro de 2002 a julho de 2007, referente à Imposto sobre serviços - ISS. Em 31 de março de 2010 o saldo em aberto a pagar é de R$2.560. As parcelas são reajustadas pelo IPCA anual.

(iv) Demais controladas

As demais controladas Fama Macapá, Unic VG, Unic Sinop, Unime Itabuna, Unime Salvador, Unic Primavera Antiga e Unic Primavera Nova possuem parcelamento que somados possuem o valor de R$ 522 com prazos e parcelas diferenciadas entre si.

(c) Parcelamentos do INSS

(i) Iuni

Existem dois parcelamentos em andamento para o INSS:

PAEX Art. 1º: Refere-se a saldo remanescente do Refis do ano de 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 73 parcelas de R$ 38, reajustado mensalmente pela TJLP mensal.

Parcelamento ordinário: O débito refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e 2009. O parcelamento foi feito em 60 parcelas que começaram a ser quitadas em novembro de 2009. Cada parcela tem o valor de R$ 39, restando 55 parcelas, reajustadas pela SELIC mensal.

(ii) Unime Lauro de Freitas

Parcelamento ordinário: Refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e 2009 e inicialmente foram 60 parcelas em setembro de 2009, restando 53 parcelas de R$ 31 reajustadas pela SELIC mensal.

(iv) Demais controladas

As demais controladas Unic Roo FP, Fama Macapá, Unime Salvador, Unic Roo AE e Unic Tangará Norte, possuem parcelamentos, com competência de débitos de 2008 e 2009, que somados possuem o valor de R$ 509 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

(d) Parcelamento federal

Iuni

Refere-se a IRRF primeiramente constituído no parcelamento de Refis em 2000. Com o não pagamento das parcelas, o saldo remanescente foi parcelado no PAES em junho de 2003 em 180 parcelas. Há em aberto 99 parcelas de R$ 9 reajustados pela SELIC mensal.

22 CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÕES – CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/12/2009
Circulante		
Aquisição da IUNI (i)	58.128	
Aquisição da AESG e da SESG	969	1.822
Aquisição da FATEC	36	35
Aquisição da CBTA	82	85
Aquisição da SÃO FRANCISCO	640	47
Aquisição da GK	250	250
Aquisição da Unic ROO AE	1.194	
Aquisição da Unic Tangará Sul	1.178	
Aquisição imóvel de Ipatinga	1.548	1.560
Aquisição terreno Rondonópolis	395	
Aquisição de participação no ILANG	792	-
	65.212	3.799
Não circulante		
Aquisição da UCES	632	609
Aquisição da AESG e da SESG	2.185	2.105
Aquisição da CBTA	241	235
Aquisição da SÃO FRANCISCO		593
Aquisição da Unic Tangará Sul	4.109	
Aquisição imóvel de Ipatinga	3.096	3.482
	10.263	7.024
	75.475	10.823
Circulante	65.212	3.799
Não Circulante	10.263	7.024

A movimentação das contas a pagar - aquisições pode ser demonstrada como segue:

	31/03/2010	31/12/2009
Saldo inicial	10.823	20.949
Adições	200.576	500
Juros/atualizações	214	895
Amortizações/baixas	(136.138)	(11.521)
Saldo final	75.475	10.823

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Ano de vencimento:		
2011	3.587	3.286
2012	4.235	3.374
2013	2.441	364
	10.263	7.024

23 PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos. Em decorrência desses processos judiciais, foram realizados depósitos judiciais que podem ser recuperados com o julgamento das causas em favor da Companhia e de suas controladas ou utilizados para pagamento no caso de julgamento desfavorável.

	31/03/2010			31/12/2009		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Tributárias (a)	9.619	(5.029)	4.590	4.110	-	4.110
Trabalhista (b)	19.383	(1.480)	17.903	1.033	(482)	551
Cíveis (c)	1.153	(11)	1.142	127	-	127
	30.155	(6.520)	23.635	5.270	(482)	4.788

(a) Em 28 de dezembro de 2009, a SUESC foi notificada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro quanto à cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos exercícios de 2004 a 2009, parcelado em 84 meses. O município alega que o IPTU foi cobrado a menor, como se a faculdade fosse sem fins lucrativos, o que deixou de ser em junho de 1998, quando se tornou uma sociedade por ações. Embora a Companhia esteja discutindo o assunto em esfera administrativa, decidiu registrar provisão de R$4.110 como contrapartida ao resultado do exercício de 2009, no valor de R$1.196, e o valor de R$2.914, como ajuste ao ágio proveniente da aquisição da faculdade, fundamentado em mais-valia de ativo e classificado como edificações.

A IUNI discute judicialmente cobrança de tributos decorrentes do período de imunidade

referente à contribuição social vinculada ao FGTS, conforme a Lei Complementar nº 110/01, no valor de R$2.783. Há também discussão administrativa quanto a três autos de infração de FGTS cujo saldo é de R$1.372.

As demais provisões no valor de R$1.354 são de outros tributos, discutidos nas esferas administrativa e judicial, referentes às demais empresas da Companhia.

(b) Referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários e professores desligados da Companhia.

(c) Referem-se a ações indenizatórias ajuizadas por alunos e ex-alunos reclamando, em sua maioria, danos morais por atraso de expedição de diploma e cobrança indevida de mensalidades e danos materiais por danificação de veículos no estacionamento.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa SELIC, tendo como contrapartida o resultado do período, na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

A movimentação das referidas provisões está demonstrada a seguir:

	31/03/2010	31/12/2009
Saldo inicial	5.270	990
Adições (*)	664	5.270
Adição proveniente da IUNI	24.325	-
Amortizações	(41)	-
Baixas	(63)	(990)
Saldo final (Passivo não circulante)	30.155	5.270
Compensação de depósitos judiciais (Ativo não circulante)	(6.520)	(482)
Saldo final	23.635	4.788

a) Perdas possíveis (contingências)

A controladas da Companhia têm ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como "possíveis", com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/03/2010	31/12/2009
Tributárias (*)	34.840	-
Trabalhistas	679	299
Cíveis	146	106
	35.665	405

(*) A IUNI contesta em juízo e administrativamente diversos autos de infração relacionados a tributos federais e previdenciários, dos quais R$34.840 são classificados como "possíveis" de acordo com os consultores jurídicos, sendo esse montante de responsabilidade dos antigos proprietários, conforme contrato de compra e venda da Companhia com a IUNI, celebrado em 12 de março de 2010.

24 DEMAIS CONTAS A PAGAR – CONSOLIDADO

É composta principalmente pela obrigação relacionada ao repasse de financiamentos estudantis e repasse de carteira de alunos.

O repasse de financiamentos estudantis refere-se a obrigações relacionadas à compra da Uniminas, com saldo no passivo não circulante de R$3.755. Esses créditos ficarão retidos à medida que ocorre seu recebimento, por um prazo de cinco anos, a título de caução.

O repasse de carteira de alunos refere-se à carteira acima de 180 dias a ser repassada ao ex-controlador da IUNI, de acordo com o seu recebimento. O saldo no passivo não circulante em 31 de março é de R$7.810.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia totaliza em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 R$821.020 e é composto por 229.913.715 ações ordinárias e 206.925.907 ações preferenciais, conforme a seguir:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Em 31 de dezembro de 2009		
Total de ações ex-tesouraria	228.933.515	201.044.707
Total de ações em tesouraria	980.200	5.881.200
	229.913.715	206.925.907
Em 31 de março de 2010		
Total de ações ex-tesouraria	228.933.515	201.044.707
Total de ações em tesouraria	980.200	5.881.200
	229.913.715	206.925.907

O capital social autorizado pela Companhia é de 500.000 ações.

b) Ações em tesouraria

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4°, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

Em 31 de março de 2010, a Companhia possuía 980.200 “units” em tesouraria, no saldo de R$21.436. O valor de mercado das “units” é de R$16.268 (31 de dezembro de 2009 – 980 mil units ao valor de mercado de R$17.640).

c) Reserva de capital

Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reserva de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R$21.247. Tal reserva está apresentada no valor de R$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R$6.662.

O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 23 de outubro de 2009, foi reconhecido como despesa nos períodos de 2010 e de 2009 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reserva de capital - prêmio de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido em 2010 até

31 de março foi de R$614.

d) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia pode, a critério do conselho de administração, levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir lucros intermediários, à conta de lucros acumulados, ou reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Em conformidade com o acordo de acionistas celebrado em 24 de junho de 2009, dos lucros deverão ser deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para imposto de renda e contribuição social. O lucro remanescente deverá ter a seguinte destinação: (i) 5% para constituição da reserva legal; (ii) 25% distribuído aos acionistas como dividendos obrigatórios; e (iii) constituição de reserva estatutária de lucros, não inferior a 25% e não superior a 75%. O saldo restante terá destinação aprovada pela Assembléia Geral, de acordo com a proposta submetida pelo Conselho de Administração.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IAS 10, os dividendos somente são reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, que é normalmente reconhecida quando aprovada por meio da Assembléia dos acionistas.

26 PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÕES EM AÇÕES

Conforme o plano de opções de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, com o objetivo de reter os executivos da Companhia e obter um alinhamento dos interesses desses executivos aos interesses dos acionistas e da Companhia, são elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”, equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Recursos Humanos fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a

Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Recursos Humanos para cada contrato. Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de março de 2010, variam de R$16,00 a R$19,05.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Preço médio de exercício por ação em R$	Opções
Em 31 de dezembro de 2009	17,22	1.000.000
Concedidas	18,42	1.000.000
Em 31 de março de 2010	17,82	2.000.000

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	Quantidade de opções
Opções a serem outorgadas no início do período - 23 de outubro de 2009	5.000.000
Outorgadas durante o exercício de 2009	(1.000.000)
Saldo de opções passíveis de outorga no fim do exercício de 2009	4.000.000
Outorgadas durante o período de 2010	(1.000.000)
Canceladas durante o período de 2010	-
Saldo de opções passíveis de outorga em 31 de março de 2010	3.000.000

As opções de compra de ações outorgadas no período findo em 31 de março de 2010 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Contratos concedidos no período de 2010

	Opções			
Data de vencimento - no exercício de	Preço médio de exercício por ação em R$	Opções	Valor justo médio da opção em R$	Opções
2010	18,42	80.000	1,92	192.175
2011	18,38	280.000	1,46	704.367
2012	18,40	280.000	2,49	1.132.281
2013	18,40	280.000	3,59	1.630.252
2014	18,28	80.000	4,17	934.536
2015	.	.	.	.
	18,37	1.000.000	2,71	4.593.611

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação “Black-Scholes”, foi de R$2,71 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado da ação de R$18,37 na data da concessão, o preço de exercício apresentado anteriormente, a volatilidade média, a vida média esperada da opção correspondente a 1.562 dias e a taxa de juros média anual sem risco de 9,06%. A volatilidade mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços diários das ações.

O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 23 de outubro de 2009, foi reconhecido como despesa nos períodos de 2010 e de 2009 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reserva de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido em 31 de março de 2010 foi de R$614.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza dois segmentos operacionais, e gastos corporativos que são alocados aos segmentos para analisar e tomar suas decisões estratégicas, e estes são revisados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos na área de educação, que são a Educação Básica e o Ensino Superior.

27.1 Informações sobre lucro líquido (prejuízo), ativos e passivos por segmento reportável

As informações por segmento de negócios correspondentes ao período findo em 31 de março de 2010, são as seguintes:

	Ensino superior	Educação básica	Parcela não alocada	Total
Receita	89.438	53.253	-	142.691
Custo das vendas	(64.280)	(15.378)	-	(79.658)
Lucro Bruto	25.158	37.875		63.033
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(16.662)	(3.172)		(19.834)
Despesas gerais e administrativas	(21.119)	(2.347)		(23.466)
Outras despesas, líquidas	-	-	(105)	(105)
Lucro (Prejuízo) operacional	(12.623)	32.356	(105)	19.628
Ativos	833.729	127.375	145.653	1.106.757
Passivos circulante e não circulante	233.727	44.631	16.043	294.401

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração correspondentes ao período findo em 31 de março de 2009, são as seguintes:

	Ensino superior	Educação básica	Parcela não alocada	Total
Receita	60.057	44.849		104.906
Custo das vendas	(40.489)	(13.924)	-	(54.413)
Lucro Bruto	19.568	30.925		50.493
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(7.137)	(2.755)		(9.892)
Despesas gerais e administrativas	(9.066)	(2.708)		(11.774)
Outras despesas, líquidas	-	-	541	541
Lucro operacional	3.365	25.462	541	29.368

As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são as seguintes:

	Ensino Superior	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Ativos	739.992	104.997	24.016	869.005
Passivos circulante e não circulante	31.273	29.447	14.867	75.587

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

a) Conciliação da receita

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A análise de receita por categoria está demonstrada abaixo:

Análise de receita por categoria	31/03/2010	31/03/2009
Receita bruta de vendas	48.112	41.830
Receita bruta de serviços	114.033	74.781
Deduções da receita bruta, principalmente bolsas ProUni e impostos sobre vendas	(19.454)	(11.705)
Receita líquida de vendas	39.097	32.055
Receita líquida de serviços	103.594	72.851

28 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/03/2009
Receita bruta:		
Educação básica	55.612	46.244
Ensino superior	106.533	70.367
	162.145	116.611
Deduções da receita bruta:		
Educação básica	(2.359)	(1.395)
Ensino superior	(17.095)	(7.760)
	(19.454)	(9.155)
Receita líquida:		
Educação básica	53.253	44.849
Ensino superior	89.438	62.607
	142.691	107.456

29 DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	31/03/2010	31/03/2009
Variações nos estoques de livros e coleções Pitágoras e livros comerciais	(9.015)	(7.196)
Custos e despesas com aluguel e condomínio	(10.818)	(4.509)
Encargos de depreciação, amortização	(5.622)	(3.736)
Custos e despesas com viagens	(2.751)	(1.682)
Custos com publicidade	(5.942)	(3.198)
Custos e despesas com pessoal	(54.971)	(35.096)
Serviços de terceiros	(12.692)	(7.209)
Serviços (água, luz e telefone)	(5.064)	(2.169)
Taxas e contribuições	(945)	(321)
Perdas	(7.193)	(1.242)
Outros custos e despesas	(8.050)	(9.180)
	(123.063)	(75.538)
Custo das vendas e serviços	(79.658)	(54.413)
Despesas com vendas	(19.834)	(9.892)
Despesas gerais e administrativas	(23.466)	(11.774)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(105)	541
	(123.063)	(75.538)

30 RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	31/03/2010	31/03/2009
Receita financeira		
Juros sobre mensalidades	1.702	662
Juros sobre aplicações	6.878	3.015
Descontos obtidos	619	-
Outras receitas	305	-
	9.504	3.677
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(2.083)	(448)
Juros e mora fiscal	(453)	-
Atualização de aquisições	(214)	(25)
Tarifas bancárias e de cobrança	(176)	(859)
Juros e mora comercial	(238)	(418)
IOF	(29)	-
Outras despesas	(293)	-
	(3.486)	(1.750)
Resultado financeiro	6.018	1.927

31 LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações “units” emitidas durante o período.

	31/03/2010	31/03/2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	18.325	24.905
Quantidade média ponderada de units emitidas (milhares)	61.425	30.268
Lucro básico por ação	0,30	0,82

b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e as opções de compra de ações que foram concedidas não foram presumidas como sendo exercidas, pois eram antidiluíveis, o preço do exercício delas era superior ao preço médio de mercado. Dessa forma, não

apresenta ações units potenciais para fins de diluição.

32 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 12 de março de 2010, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu 100% do capital social da IUNI por R$188.859, sendo o valor de R$133.626 pago à vista e o valor de R$55.233 pago a prazo, e 4.200 "units" da Controladora. As 4.200 "units" emitidas como parte do pagamento ao ex-controlador da IUNI geraram o saldo de R$551 de incremento ao ágio e basearam-se nas seguintes etapas:

a) Incorporação pela EDE das ações da IUNI ainda detidas pelo ex-controlador.

b) Emissão de novas ações da EDE.

c) Incorporação das ações emitidas pela Controladora, transformando a EDE em subsidiária integral da Controladora.

d) Emissão de novas ações por parte da Controladora.

e) Entrega das novas ações ao ex-controlador da IUNI.

As incorporações de ações e a consequente emissão de novas ações foram realizadas a fim de garantir ao ex-controlador da IUNI a participação de 6,31% no capital da Companhia, conforme previsto no contrato de compra e venda.

O ágio de R$305.069 em 31 de dezembro de 2010, proveniente da aquisição, tem a seguinte atribuição:

a) R$271.196 de rentabilidade futura.

b) R$28.069 de carteira de clientes.

c) R$5.804 de mais-valia do ativo imobilizado.

O ágio registrado, atribuído à rentabilidade futura, em 31 de março de 2010, deve considerar o efeito de alguns ajustes realizados ao longo de 2010:

Saldo em 31 de março	277.042
Ajuste de ágio ocorrido em abril	(3.502)
Emissão de ações ocorrida em setembro	551
Desconto obtido no pagamento ocorrido em novembro	(2.895)
Saldo em 31 de dezembro	271.196

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 28/02/2010
Total do ativo	179.881
Total do passivo	(295.540)
Passivo a descoberto adquirido	(115.659)
Ágio gerado na operação (sem a emissão de "units")	304.518
Custo total da aquisição	(188.859)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	500
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	(188.359)

O balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2010 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	(61.762)	(53.897)	(115.659)
Caixa e equivalentes de caixa	1.393	(539)	854
Contas a receber de clientes	71.243	(31.361)	39.882
Estoques	192	-	192
Investimento em não controlada	1.600	-	1.600
Imobilizado	42.431	(4.145)	38.286
Software	4.298	-	4.298
Ágio	77.194	-	77.194
Outros ativos	15.234	2.341	17.575
Fornecedores	(5.437)	1.000	(4.437)
Empréstimos e financiamentos	(147.755)	(2.322)	(150.077)
Salários e encargos	(18.402)	(1.089)	(19.491)
Obrigações tributárias	(63.809)	(761)	(64.570)
Contingências	(7.679)	(16.646)	(24.325)
Outros passivos	(32.265)	(375)	(32.640)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final. O ex-controlador da IUNI concordou contratualmente em indenizar a Companhia por quaisquer contingências com data anterior à data de aquisição, que se caracterizem como fora do curso normal dos negócios, e por aquelas que se refiram ao período de imunidade (anteriores a fevereiro de 2008) de acordo com os limites estabelecidos no contrato de compra e venda.

No passivo indenizado não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 31 de março de 2010, uma vez que não houve mudança nos resultados nem nas premissas utilizados para desenvolver a estimativa do passivo.

33 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Débito da Controladora com controladas

	31/03/2010 Débito com relacionadas	31/12/2009 Débito com relacionadas
Reembolso de despesas (i)	6.662	6.662
Outros (ii)	1.962	620
	8.624	7.282

(i) Refere-se aos custos provenientes de transações na emissão de novas ações da Companhia que foram pagas pela controlada direta EDE.

(ii) Referem-se às demais despesas incorridas na Companhia e pagas pela EDE.

b) Débito entre controladas

	31/03/2010 Crédito com relacionadas	31/12/2009 Crédito com relacionadas
Sociedade Educacional Ltda. - SEL	-	252

c) Demais transações com partes relacionadas

As empresas PSES e SPES utilizam imóveis locados da empresa CNG Patrimonial Ltda, a qual é de propriedade dos sócios fundadores da Companhia. O valor desembolsado mensalmente pelos aluguéis é de R$ 112 (31 de março de 2009 – R$ 149). Estes valores estão registrados no resultado na rubrica de custos dos serviços prestados.

A empresa EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras, em condição de mercado. O valor das vendas líquidas no trimestre findo em 31 de março de 2010 foi de R$ 8.616 (31 de março de 2009 foi de R$ 4.640). O saldo de contas a receber no trimestre findo em 31 de março de 2010 é de R$ 9.435 (31 de dezembro de 2009 foi de 2009 – R$ 1.157).

d) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o presidente, o vice-presidente e os diretores estatutários.

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

	31/03/2010	31/03/2009
Salários	1.176	561
Remuneração variável (i)	100	-
Plano de remuneração baseado em plano de ações – opção de compra de ações	615	-
	1.891	561

(i) Remuneração variável definida em contrato com Diretores Estatutários.

34 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na vide nota explicativa nº 7.

b) Transação que não envolve caixa e equivalentes de caixa

No trimestre findo em 31 de março de 2010, houve a aquisição de ativos com assunção de passivo, por meio de arrendamento financeiro no valor de R$4.974, vide nota explicativa nº 18.

35 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2010, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima única prevista em R$ 105.878 (31 de dezembro de 2009 – R$ 127.646), em que estão cobertos danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

36 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RECEITA				
Educação básica	-	-	53.253	34.539
Ensino superior	-	-	89.438	60.057
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.193)	(1.242)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos de produtos e serviços	-	-	(11.342)	(7.467)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9)	-	(19.207)	(10.121)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(9)	-	104.949	75.766
Depreciação e amortização	-	-	(5.622)	(3.736)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(9)	-	99.327	72.030
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	32.670	24.905	-	-
Receitas financeiras	-	-	9.504	3.677
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	32.661	24.905	108.831	75.707
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração direta	(254)	-	(50.462)	(32.149)
Benefícios	(8)	-	(1.365)	(799)

FGTS	(13)	-	(3.144)	(2.148)
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	-	-	(7.648)	(6.432)
Estaduais e Municipais	(129)	-	(394)	(321)
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	(1)	-	(13.826)	(1.750)
Aluguéis	-	-	(10.818)	(4.509)
Direitos autorais	-	-	(2.849)	(2.694)
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo líquido do exercício	(32.256)	(24.905)	(18.326)	(24.863)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	1	(42)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(32.661)	(24.905)	(108.831)	(75.707)

37 ADOÇÃO DA IFRS E DOS CPC PELA PRIMEIRA VEZ - TRANSIÇÃO PARA AS IFRS

37.1 Base de Transição

As reconciliações apresentadas na Nota 36.4.1 conciliam as informações contábeis consolidadas divulgadas anteriormente de acordo com os BR GAAP, em 31 de março de 2009 com os correspondentes valores calculados em consonância com os IFRS efetivos para o período findo em 31 de março de 2009.

As práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 foram aplicadas na elaboração das informações contábeis consolidadas referentes ao período findo em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e nas informações comparativas apresentadas na elaboração do balanço patrimonial inicial de acordo com os IFRS.

.

Na elaboração destas informações contábeis consolidadas em conformidade com a versão revisada do IFRS 1, vigente para exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa dos IFRS efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, como exposto no IFRS 1.

36.2 Isenções à aplicação retrospectiva completa – escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação a aplicação retrospectiva:

(a) Isenção referente a combinação de empresas

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1, vigente para exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e, assim sendo não reprocessou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição. Dessa forma, os ágios oriundos de aquisições anteriores a essa data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, sendo o seu saldo testado anualmente para fins de *impairment*.

(b) Isenção referente à designação de ativos e passivos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

(c) Isenção referente a transações de pagamento baseado em ações

A Companhia optou por não aplicar o IFRS 2 nos planos de opção anteriores a data de transição, sendo o IFRS 2 adotado na íntegra prospectivamente à data de transição.

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia:

- A Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor de imobilizado;
- Benefícios a empregados (IAS 19), já que a Comapnhia não fornece benefícios a empregados no escopo do IAS 19;
- Diferenças acumuladas de conversão, essa isenção não se aplica pois todas as controladas da Companhia possuem a mesma moeda funcional.
- Instrumentos financeiros compostos porque a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para o IFRS;
- Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, uma vez que somente as informações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os IFRS efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009;
- Os contratos de seguro (IFRS 4), pois a Companhia não assinou contratos de seguro para os exercícios de 2009 e 2008;
- Passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, pois a Companhia não possui quaisquer passivos desse tipo;

- Contabilização dos arrendamentos mercantis (IAS 17), uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRS já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2008;

- Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IFRIC 12, já que a Companhia não possui contratos firmados sob o escopo do IFRIC; e

- Capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos, pois a Companhia não possui empréstimos e financiamentos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado.

37.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia adotou as seguintes exceções obrigatórias com aplicação retroativa:

(a) Exceção referente à baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros baixados antes de 1° de janeiro de 2009 como resultado de transações ocorridas antes de 1° de janeiro de 2009 não foram revistos de acordo com os IFRS efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. A aplicação desta exceção não teve impacto significativo sobre as presentes informações contábeis consolidadas.

(b) Exceção referente a estimativas

As estimativas de acordo com os IFRS efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com os BR GAAP. Não há evidências de que tais estimativas contivessem erros.

(c) Exceção referente acionistas não-controladores

A participação dos acionistas não-controladores foi reconhecida de acordo com o IAS 27 a partir da data de transição para os IFRS.

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1, efetivo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não se aplicaram pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas:

- Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas; e
- Contabilização de hedge (IAS 39).

37.4 Conciliação entre os IFRS (efetivos para o trimestre findo em 31 de março de 2009) e o BRGAAP

Abaixo descrevemos os principais ajustes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Baixa do diferido

Até 31 de dezembro de 2008, nos temos do BR GAAP as empresas da Companhia adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. O IFRS determina que gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, os saldos de R$ 2.476 e R$ 2.541,foram baixados contra o patrimônio líquido em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 respectivamente.

(b) Imposto de renda e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para os IFRS, e totalizaram um imposto diferido ativo no valor de R$ 864 em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

(c) Contabilização de dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte por ocasião da assembléia geral dos acionistas. De acordo com o IAS 10, os dividendos são reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado.

(d) Divulgação de informações por segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais define segmentos operacionais como componentes de uma empresa para os quais existem informações financeiras separadas e que são periodicamente analisados para avaliação de desempenho e alocação de recursos. É requerida a divulgação, para cada segmento operacional, de medidas de lucro ou prejuízo, total do ativo e outras informações relacionadas. O IFRS 8 requer que os dados de segmentos sejam apresentados de acordo com as informações internas usadas pela administração para a tomada de decisões operacionais, incluindo a alocação de recursos e o desempenho de segmentos. Além disso, essa norma requer a divulgação anual de informações relativas a receitas provenientes dos produtos ou serviços da empresa, países em que as receitas ou os ativos são gerados e principais clientes.

Uma alteração na legislação societária brasileira tornou obrigatória a divulgação das informações por segmento origens e aplicações de recursos a partir de 2010.

(e) Reclassificações

Conforme os BR GAAP, os impostos de renda diferidos ativos e passivos não são compensados e são segregados entre correntes e não correntes. Para fins de IFRS, os impostos diferidos ativos e passivos são compensados entre si, quando houver o direito legal de compensação, e classificados em sua totalidade como não correntes.

(f) Lucro por ação

De acordo com os BR GAAP, o lucro líquido (prejuízo) por ação foi apresentado somente nas informações contábeis da controladora, não sendo apresentado nas informações contábeis consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação foi calculado sobre a quantidade de ações em circulação na data de encerramento do período. Foram divulgadas informações por lote de mil ações que, em geral, é a quantidade mínima de ações que pode ser negociada nas bolsas de valores brasileiras.

Em conformidade com os IFRS, o lucro por ação é apresentado com base no lucro líquido (prejuízo) consolidado da Companhia, levando em conta a quantidade média de ações em circulação durante o período. Também é apresentado, quando aplicável, o lucro diluído por ação, considerando o impacto potencialmente de diluição de opções de compra de ações em circulação.

(g) Fluxo de caixa

O fluxo de caixa apresentado no BR GAAP é similar ao fluxo de caixa apresentado nessas informações contábeis consolidadas em IFRS exceto pelo impacto dos ajustes decorrentes das diferenças acima descritas.

37.4.1 Conciliação do balanço patrimonial e patrimônio líquido em 31 de março de 2010:

	31/03/2010 BRGAAP	Gastos pré operacionais	Tributos diferidos	Amortização intangível - carteira de clientes	Alocação do ágio ao terreno	Reclassificação dos tributos diferidos	31/03/2010 IFRS
Ativo							
Circulante	279.878	-	-	-	-	-	277.039
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.061						18.061
Títulos e Valores Mobiliários	89.099						89.099
Contas a Receber	129.970						129.970
Estoques	9.527						9.527
Tributos a Recuperar	10.098						10.098
Despesas Antecipadas	1.628						1.628
Tributos Diferidos	2.839					(2.839)	-
Adiantamento a Fornecedores	7.401						7.401
Demais Contas a Receber	11.255						11.255
Não Circulante	829.053	-	-	-	-	-	829.718
Contas a Receber	19.483						19.483
Tributos a Recuperar	4.110						4.110
Tributos Diferidos	5.807		864			2.839	9.510
Depósitos Judiciais	6.520						6.520
Adiantamento a Fornecedores	12.091						12.091
Outros	6.583						6.583
Permanente	774.459						771.421
Investimentos	1.600						1.600
Imobilizado	204.832				5.804		210.636
Intangível	565.551			(562)	(5.804)		559.185
Diferido	2.476	(2.476)					-
Total do Ativo	1.108.931	-	-	-	-	-	1.106.757

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo e Patrimônio Líquido	31/03/2010 BRGAAP	Gastos pré operacionais	Tributos diferidos	Amortização intangível - carteira de clientes	Alocação do ágio ao terreno	Reclassificação dos tributos diferidos	31/03/2010 IFRS
Circulante	182.536	-	-	-	-	-	182.536
Fornecedores	17.075						17.075
Empréstimos e financiamentos	8.010						8.010
Salários e encargos sociais	37.280						37.280
Imposto de renda e contribuição social	19.068						19.068
Adiantamentos de clientes	26.941						26.941
Parcelamento de tributos	7.649						7.649
Contas a Pagar - Aquisições	65.212						65.212
Outros	1.301						1.301
Não Circulante	111.865	-	-	-	-	-	111.865
Empréstimos e financiamentos	13.643						13.643
Tributos Diferidos	586						586
Parcelamento de tributos	45.653						45.653
Contas a pagar - Aquisições	10.263						10.263
Contingências	30.155						30.155
Outros	11.565						11.565
Participações dos quotistas minoritários	22						22
Patrimônio líquido	814.508						812.334
Capital social	821.020						821.020
Reserva de capital	15.576						15.576
Ações em tesouraria	(21.436)						(21.436)
Lucros (prejuízos) acumulados	(652)	(2.476)	864	(562)			(2.826)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.108.931	-	-	-	-	-	1.106.757

37.4.2 Conciliação do resultado em 31 de março de 2010

	31/03/2010 BRGAAP	Reclassificação de descontos concedidos	Reversão da amortização do ativo diferido	Amortização intangível - carteira de clientes	31/03/2010 IFRS
Receita Bruta	162.145				162.145
Educação Básica	55.612				55.612
Ensino Superior	106.533				106.533
Deduções da Receita Bruta	(14.678)				(19.454)
Educação Básica	(2.359)				(2.359)
Ensino Superior	(12.319)	(4.776)			(17.095)
Receita Líquida	147.467				142.691
Educação Básica	53.253				53.253
Ensino Superior	94.214				89.438
Custo dos Produtos e Serviços	(79.658)				(79.658)
Custo dos Produtos Vendidos	(9.015)				(9.015)
Custo dos Serviços Prestados	(70.643)				(70.643)
Lucro Bruto	67.809				63.033
Despesas (receitas) operacionais	(42.908)				(43.405)
Com vendas	(19.834)				(19.834)
Gerais e administrativas	(22.969)		65	(562)	(23.466)
Outras receitas (despesas) operacionais	(105)				(105)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	24.901				19.628
Resultado Financeiro	1.019				5.795
Despesas Financeiras	(8.485)	4.776			(3.709)
Receitas Financeiras	9.504				9.504
Lucro (prejuízo) operacional	25.920				25.423
Imposto de renda e contribuição social	(7.097)				(7.097)
Do período	(6.249)				(6.249)
Diferido	(848)				(848)
Participação de Minoritários	(1)				(1)
Lucro (prejuízo) do período	18.822				18.325

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37.4.3 Conciliação do resultado em 31 de março de 2009

	31/03/2009 BRGAAP	Reclassificação de descontos concedidos	31/03/2009 IFRS
Receita Bruta	116.611		116.611
Educação Básica	46.244		46.244
Ensino Superior	70.367		70.367
Deduções da Receita Bruta	(9.155)		(11.705)
Educação Básica	(1.395)		(1.395)
Ensino Superior	(7.760)	(2.550)	(10.310)
Receita Líquida	107.456		104.906
Educação Básica	44.849		44.849
Ensino Superior	62.607		60.057
Custo dos Produtos e Serviços	(54.413)		(54.413)
Custo dos Produtos Vendidos	(7.196)		(7.196)
Custo dos Serviços Prestados	(47.217)		(47.217)
Lucro Bruto	53.043		50.493
Despesas (receitas) operacionais	(21.125)		(21.125)
Com vendas	(9.892)		(9.892)
Gerais e administrativas	(11.774)		(11.774)
Outras receitas (despesas) operacionais	541		541
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	31.918		29.368
Resultado Financeiro	(623)		1.927
Despesas Financeiras	(4.300)	2.550	(1.750)
Receitas Financeiras	3.677		3.677
Lucro (prejuízo) operacional	31.295		31.295
Imposto de renda e contribuição social	(6.432)		(6.432)
Do período	(5.963)		(5.963)
Diferido	(469)		(469)
Participação de Minoritários	42		42
Lucro (prejuízo) do período	24.905		24.905

38. APROVAÇÃO PARA REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 16 de maio de 2011.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide Grupo 12.

Uma só empresa, melhor e mais forte

O ano de 2010 será marcado como o ano da integração do IUNI, um dos maiores grupos educacionais de ensino superior do país, adquirido em 12 de março de 2010 pela Kroton. Será o ano que começará a refletir o resultado dos diversos projetos de otimização e das ações iniciadas no último trimestre de 2009, com o objetivo de aumentar as margens da Companhia.

Com a integração da Kroton e do IUNI e com os projetos de otimização de processos, a Companhia objetiva capturar sinergias estimadas em R$ 20 milhões ao ano, e elevar a margem EBITDA de toda a Companhia para os níveis atuais do IUNI de 23-24% até 2012-2013.

Com a aquisição do IUNI, a Companhia dobra de tamanho, em sua unidade de Ensino Superior, passando a operar em 28 cidades com 40 campi e ganha acesso às melhores práticas do IUNI, uma das instituições mais rentáveis do setor.

Balanço de Fechamento IUNI

O balanço reflete os ajustes requeridos no Balanço de Transferência do IUNI em função da auditoria e negociações de compra e venda. Todos os ajustes já estavam previstos na due diligence realizada pré-aquisição, bem como já tinham sido considerados na proposta de preço de aquisição, estabelecido essencialmente em virtude da nossa previsão da geração operacional de caixa futuro do IUNI. Em 1º de março de 2010, procedemos os ajustes de ativos e passivos em contrapartida ao ágio calculado em relação à diferença do preço pago. Os principais ajustes são os seguintes:

- Complemento da provisão para devedores duvidosos (PDD), no valor de R$ 12,2 milhões, para refletir o critério da Kroton de perda histórica por safra de atraso.

- Provisão para perda dos recebíveis de crédito estudantil próprio com alunos formados, evadidos e desistentes, constantes do balanço do IUNI, no valor de R$ 14,1 milhões.

- Baixa de contas a receber vencidos há mais de 180 dias, líquidas de PDD, no valor de R$ 13,4 milhões. Pelo contrato de compra e venda se e quando recebidas deverão ser transferidas para o vendedor em contrapartida ao ágio.

- Complemento de provisão para contingências, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, no valor líquido de garantias de R$ 11,1

milhões;e

- Exclusão de contas a receber com precatório federal que foi mantido fora da negociação. O valor de face do precatório no balanço era de R$ 29,1 milhões.

Esses ajustes não recorrentes não geram impacto nas projeções de EBITDA (geração de caixa futuro) do IUNI. Sendo assim, grande parte desses ajustes também não é considerada na variação do capital de giro para a apuração da parcela retida.

RESULTADOS 1T10

As medidas empreendidas pela Companhia para a redução de custos e melhoria de margem ainda não se refletiram nos números do primeiro trimestre uma vez que a maior parte dessas ações se deu durante o próprio trimestre. Igualmente, no que se refere à integração com o IUNI, as sinergias somente começarão a maturar no segundo semestre de 2010. No primeiro semestre, ainda teremos desinergias decorrentes dos custos relacionados aos projetos de integração.

A Kroton encerrou o primeiro trimestre de 2010 com 88.349 alunos de ensino superior, incluindo os alunos do IUNI. A captação de 20 mil novos alunos está em linha com as expectativas da Companhia para o 1T10, mesmo com regras mais rígidas de evasão e ainda com poucos alunos com acesso ao credito estudantil

No ensino básico, a Kroton inicia 2010 com 265 mil alunos atendidos em sua rede de ensino que passa a contar com 720 escolas. O crescimento do número de alunos e escolas associadas foi respectivamente 17% e 10% em relação a 2009. Desse total de alunos, aproximadamente 24 mil são de escolas públicas municipais atendidas pelo Projecta.

Além da rede de escolas associadas, a Kroton possui em Belo Horizonte um colégio próprio, que é referência em tecnologia educacional e um laboratório para as demais escolas associadas. Também mantém contratos com empresas privadas para a operação de escolas, oferecendo educação básica para os filhos de seus funcionários. As operações contratadas atendem hoje a Embraer, em São José dos Campos (SP), a Alcoa, em Juriti (PA), a Mineração Taboca, em Pitinga (AM), a Vale, em Carajás (PA) e em Ourilândia (PA) e a Mineração Fazenda Brasileiro, em Teofilândia (BA).

RESULTADOS 1T10

Os resultados societários da Kroton para o primeiro trimestre de 2010 contemplam as operações do IUNI somente a partir de 01 de março de 2010.

A Companhia apresentou um crescimento de 39% no faturamento, que totalizou R$ 162,1 milhões de receita bruta.

O Ensino Básico totalizou R$ 55,6 milhões de receita bruta, no 1T10, 20,3% superior aos R$ 46,2 milhões do 1T09 em razão do crescimento no número de alunos, escolas atendidas e novos contratos assinados com redes públicas. A receita do ensino básico é caracterizada pela sazonalidade do primeiro trimestre que concentra cerca de 50% de suas receitas do ano.

O aumento de alunos nas Faculdades Pitágoras e a adição da plataforma do IUNI (UNIC / FAMA / UNIME) no mês de março foram responsáveis por um crescimento de 51,4% da receita bruta do ensino superior da Companhia.

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

As deduções da receita bruta neste primeiro trimestre foram de R$ 19,5 milhões.

Para uma melhor análise, foram incluídos, no total das deduções do ensino superior, descontos condicionais — concedidos (i) pelo pagamento pontual de mensalidades, ou (ii) a funcionários de empresas com as quais mantemos acordos comerciais.

Do total das deduções, R$ 17,1 milhões correspondem às operações de ensino superior, sendo compostas de bolsas concedidas através do ProUni (R$ 8,3 milhões), ISS sobre ensino superior (R$ 2,4 milhões), PIS/COFINS sobre pós-graduação (R$ 0,2 milhão), descontos incondicionais (R$ 0,3 milhão) e descontos condicionais (R$ 4,8 milhões) e devolução de mensalidades (R$ 1,1 milhão).

No ensino básico dos R$ 2,4 milhões em deduções, fazem parte PIS/COFINS, ISS e ICMS (R$ 0,8 milhão) provenientes das nossas operações escolares próprias e também devoluções e abatimentos (R$ 1,6 milhão) relacionados à rede de ensino.

RECEITA LÍQUIDA TOTAL

A receita líquida da Companhia é composta pelas mensalidades dos nossos cursos superiores de bacharelado, tecnologia e pós-graduação, mensalidades de escolas

próprias e contratadas no ensino básico, além da venda de material didático para nossa rede de escolas associadas.

A essa receita líquida são adicionados juros e multas sobre mensalidades em atraso.

Com a nova plataforma de ensino superior da Companhia, já considerando o mês de março do IUNI, a receita líquida do segmento foi de R$ 91,1 milhões. Contribui para este crescimento de 51,0% da receita, os alunos oriundos do IUNI, a adição líquida de 2.545 novos alunos bem como o reajuste das mensalidades em todos os cursos oferecidos.

No ensino básico, foram superadas as metas de novas escolas, o que elevou em 18,7% a receita líquida proveniente da venda de material didático da rede de ensino. A receita passou de R$ 44,8 milhões no 1T09 para R$ 53,3 milhões no 1T10.

CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Os custos totais da Kroton no 1T10 foram de R$ 79,7 milhões sendo distribuídos em custos de serviços prestados que representaram 89% do total, e custos de produtos vendidos, contribuindo com os 11%. Em relação à receita líquida, os custos totais aumentaram em 3,4 p.p na comparação com o 1T09 e passaram a consumir 55,2% da receita total da Companhia. O incremento é decorrente da mudança de mix com maior peso relativo do ensino superior.

O custo de produtos vendidos relacionados aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de educação básica foi de R$ 9 milhões. Os custos de produtos tiveram redução de 0,6 p.p em relação à receita líquida passando de 6,8% no 1T09 para 6,2% neste trimestre.

O custo de serviços prestados relacionados aos custos de operação das unidades de ensino superior e escolas próprias de ensino básico, representados pelos custos de professores, pessoal, administrativos, serviços de terceiros e outros custos operacionais, foi de R$ 70,6 milhões. Parte desses custos, associada à abertura de novos campi, é custo fixo e será diluído á medida que a unidade avance em seu processo de maturação.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

A Kroton apresentou crescimento de 27,5% em seu lucro bruto, que passou de R$ 50,8 milhões do 1T09 para R$ 64,7 milhões nesse primeiro trimestre.

Com as medidas de redução de custos em andamento, a implementação do novo modelo pedagógico no segundo semestre, e uma rígida política para só iniciar novos cursos que sejam rentáveis em todo o ciclo do curso, as margens do ensino superior nas unidades do Pitágoras melhorarão gradualmente nos próximos trimestres.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais da Companhia no 1T10 foram de R$ 42,9 milhões. Compõe este montante as despesas com vendas (incluindo provisão para devedores duvidosos - PDD), despesas com pessoal, gerais e administrativas e outras receitas operacionais.

Despesas com Vendas

Fazem parte das despesas com vendas a provisão para devedores duvidosos (PDD), propaganda e direitos autorais e a nossa equipe comercial. O total das despesas com vendas no 1T10 foi de R$ 19,8 milhões.

Nesse trimestre os esforços de marketing para captação de novos alunos e o pagamento de direitos autorais relacionados ao material didático do ensino básico somaram R$ 8,7 milhões. Houve um esforço maior de marketing no 1T10, que é o principal período no ano para captação, mas ao longo do exercício estamos prevendo uma redução na verba direcionada para marketing e propaganda.

O PDD foi de R$ 7,2 milhões, o que já contempla a mudança de critério de provisionamento da Companhia realizado no final de 2009, além da PDD do mês de março do IUNI pelo mesmo critério de perda histórica pro safra.

A Companhia registrou a provisão para perdas do crédito estudantil próprio, originário do IUNI, referente aos alunos inativos em contrapartida ao ágio na aquisição.

Após os ajustes em nossas contas a receber no 4T09, com base em um estudo aprofundado do comportamento de nossos alunos e do setor, ajustamos o patamar de provisionamento e o PDD passou de 1,2% da receita líquida no 1T09 para 5,0 % no ITR. A Companhia acredita que o novo patamar de provisões está alinhado com a composição do seu mix de negócios (com uma maior participação do ensino superior que reúne características bastante distintas das operações de ensino básico) e ao behavior score de seus alunos, e deverá se manter no decorrer do ano. Este percentual está sendo medido mensalmente e um plano de ação individualizado por campus está sendo implementado.

No caso do IUNI, registramos um complemento no PDD das contas vencidas até 180 dias no 1T10 de forma a refletir as medições que realizamos por safra e campus ao longo dos últimos meses. Há uma expectativa de recuperação da inadimplência do IUNI ao longo dos próximos meses com a implementação de uma nova régua de cobrança, mudanças no formato da telecobrança e medições mensais de comportamento da inadimplência por campus e safra.

Esperamos finalizar o ano com uma faixa de inadimplência no ensino superior entre 5,5% e 7% no combinado Kroton e IUNI.

Despesas com Pessoal

As despesas incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal. No 1T10 o total dessas despesas foi de R$ 10,6 milhões, representando 7,3% da receita líquida da Companhia. Desde o segundo semestre de 2009, a Kroton vem se preparando para um novo ciclo de acelerado crescimento de suas operações. Para isso, reforçou o seu time de executivos, ampliou o seu Conselho de Administração e Comitês Técnicos, criou e desenvolveu novas áreas estratégicas. O aumento de 3,2 p.p dessas despesas em relação à receita contempla todas essas mudanças e será revertida na medida em que as sobreposições das operações do IUNI forem eliminadas. Para isso está em curso a unificação das principais funções e posições executivas, a unificação das áreas de back-office, das áreas regulatórias e institucionais, entre outras medidas.

Despesas Gerais e Administrativas

Nesse primeiro trimestre, a Kroton registrou despesas não recorrentes referentes ao processo de M&A e integração do IUNI. Estas despesas, no valor de R$ 3,5 milhões, incluem fees com advogados, bancos e auditores que participaram do processo de aquisição, consultorias para o PMI e revisão de processos, além das primeiras rescisões relacionadas à unificação das principais funções e posições executivas e áreas de back-office da nova Companhia.

Compõem as despesas gerais e administrativas as consultorias, viagens e aluguéis corporativos. Esses itens totalizaram R$ 12,2 milhões no primeiro trimestre e 2010, 8,5% da receita líquida da Companhia.

Amortização de Ágio

A partir de 1º de janeiro de 2009, em conformidade com a Lei 11.638/07, os ágios tiveram a sua amortização suspensa e passam a ser avaliados anualmente pelo teste de recuperabilidade (impairment). O único ágio que continua sendo amortizado é o decorrente da mais-valia de ativos, equivalente a R$ 0,2 milhão no 1T10.

O ágio pago pelo IUNI totalizou R$ 310,9 milhões, sujeito a alterações em função da parcela retida, reorganização societária com emissão de ações para o ex-controlador ainda pendente de conclusão e aplicação da nova regra do CPC 15 (IFRS). A administração está avaliando a alocação e utilização desse ágio para fins contábeis e fiscais.

INADIMPLÊNCIA E GIRO DO CONTAS A RECEBER

O contas a receber da Companhia encontra-se sob controle apresentando um giro dentro do esperado.

Em paralelo aos ajustes de contas a receber e provisão para devedores duvidosos registrados em dezembro de 2009, a Companhia implantou processos para medir, acompanhar e corrigir quaisquer tendências negativas no giro de contas a receber e inadimplência da carteira de recebíveis.

As principais ações realizadas são as seguintes:

- Segmentação da carteira.
- Medição da inadimplência por safra, campus e curso.
- Nova régua de cobrança fortalecendo a comunicação nos primeiros dias de atraso.
- Centralização das atividades de baixa de recebíveis.
- Priorização de meios de pagamento em cartão de débito e crédito em substituição ao cheque.
- Arrasto dos valores vencidos no boleto atual.
- Novas parcerias com agentes de cobrança.
- Capacitação do pessoal interno e externo.
- Faturamento passou a ser uma atividade da área financeira.

A Companhia não pratica a venda da carteira de recebíveis para terceiros. No caso do IUNI, a carteira vencida há mais de 180 dias não foi adquirida pela Kroton durante o

processo de aquisição.

Ainda não foi possível avaliar o impacto positivo do novo FIES para nosso contas a receber e inadimplência já que esta nova linha de financiamento foi lançada recentemente. Já iniciamos campanhas para recuperar a inadimplência de alunos ativos alertando sobre a possibilidade de cadastramento no novo FIES e também estamos lançando campanhas para trazer alunos com dificuldades financeiras de volta para a sala de aula.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em março de 2010, a Kroton pré-pagou praticamente todo o endividamento bancário do IUNI de forma a reduzir o custo de capital de suas operações. O total de pré-pagamento totalizou R$ 140,9 milhões.

Ao reclassificarmos os descontos condicionais e juros e multa de mensalidades em atraso, respectivamente como deduções da receita bruta e acréscimo da receita líquida, o resultado financeiro da Companhia teria sido de R$ 4,1 milhões.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

No primeiro trimestre de 2010, o total de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi de 7,0 milhões (R$ 6,2 milhões do exercício e R$ 0,8 milhão diferido).

Esse montante está relacionado às operações no segmento de educação básica, que tem seu lucro tributado a uma alíquota de 34%. Em virtude do ProUni, as operações de ensino superior da Companhia são isentas de IR e CSLL.

Como o resultado da educação básica tem uma grande sazonalidade, esse lucro tributável é diluído ao longo do ano.

GERAÇÃO DE CAIXA E ESTRUTURA DE CAPITAL

Ao final do primeiro trimestre de 2010, o caixa da Kroton era de R$ 107,1 milhões. Desse valor já foram abatido o valor de R$ 131,6 milhões referentes à parcela paga em dinheiro quando da assinatura do contrato de compra e venda do IUNI em 12/03/2010 e R$ 140,9 milhões correspondentes ao pré-pagamento do endividamento bancário do IUNI.

O saldo a pagar de empréstimos e financiamentos da Companhia é de R$ 21,7 milhões, sendo R$ 8,0 milhões de curto prazo e R$ 13,6 de longo prazo. Tais empréstimos são

linhas de crédito subsidiadas e não são alvos de pré-pagamentos considerando o seu baixo custo de capital.

A disponibilidade líquida da Kroton no 1T10 foi de R$ 85,5 milhões.

Auditoria independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Kroton Educacional S.A., para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais referente ao trimestre findo em 31 de março de 2010 da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria externa não prestou, no período serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, quantidade de alunos, números e informações pró-forma, margem líquida ajustada, margem EBTIDA, capex e número de escolas entre outros não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
01	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.	38.733.648/0001-40	FECHADA CONTROLADA	99,99	100,17
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		790.340		790.340	
02	PITAGORAS SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR S	03.239.470/0001-09	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	16,26
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		106.337		106.337	
03	SISTEMA EDUCACIONAL DE ARACAJU SOC. LTDA	04.937.617/0001-99	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		56		56	
04	SISTEMA PITÁGORAS DE EDUCAÇÃO SOCIEDAD	03.818.379/0001-30	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	1,96
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		18.317		18.317	
05	PROJECTA EDUCACIONAL LTDA	05.356.755/0001-47	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,30
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		5.003		5.003	
06	GK EDUCACIONAL	07.659.308/0001-92	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		5		5	
07	ORME SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	05.478.567/0001-91	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	1,62
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		17.514		17.514	
08	PAX EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	09.177.477/0001-11	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,50
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.307		4.307	
09	INSTITUTO DE AVALIAÇÃO E DESEV. EDUCACIO	08.235.595/0001-76	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,39
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.000		1.000	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
10	AGORA SISTEMA EDUCACIONAL SOC. LTDA	04.812.026/0001-95	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		709		709	
11	SOC. EDUCACIONAL E CULTURAL DE DIVINÓPOL	20.150.207/0001-50	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,76
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.985		4.985	
13	UNIÃO METROPOLITANA DE ENSINO PARANAENSE	03.456.737/0001-01	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,81
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		18.010		18.010	
14	INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DA UVA LTDA	02.734.954/0001-53	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,34
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		5.969		5.969	
15	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE GUARAPARI SOC L	08.971.469/0001-80	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,03
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		300		300	
16	AESG - ADMINISTRACAO DE ENSINO SUPERIOR	30.766.455/0001-83	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,73
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8		8	
17	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUP DE GUARAPARI	05.220.480/0001-10	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,09
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	
18	NABEC NOVA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUC	36.031.664/0001-65	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,08
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		10		10	
19	UNIMINAS UNIÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	03.106.437/0001-00	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,64
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		10.168		10.168	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
20	SOC UNIFICADA DE ENS SUPERIOR E CULTURA	33.266.073/0001-89	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	2,40
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		24.763		24.763	
21	SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCAÇÃO LTDA	27.356.740/0001-11	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,66
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		6.928		6.928	
22	INSTITUTO DE ENSINO DE RIO CLARO E REP	05.143.059/0001-52	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,05
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.403		2.403	
23	FACULDADE INED LONDRINA LTDA	04.361.470/0001-31	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,07
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		817		817	
24	SOC EDUCACIONAL DE TEIXEIRA DE FREITAS	03.780.878/0001-85	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,50
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.014		2.014	
25	PROJECTA SOLUÇÕES EDUCACIONAIS SOC LTDA	10.527.519/0001-86	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		100		100	
26	SÃO FRANCISCO DE ASSIS - INST. EDUC. LTD	06.070.599/0001-16	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,03
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		258		258	
27	IUNI EDUCACIONAL LTDA	33.005.265/0001-31	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-13,86
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.000		0	
28	UNIME UNIÃO METROPOL. DESENVOL EDUC CULT	02.959.800/0001-60	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-15,42
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		17.883		0	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
29	UNIÃO DESENVOL EDUC CUT VÁRZEA GRANDE	37.464.740/0001-99	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,10
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		111		0	
30	UNIÃO DE FACULDADES DO AMAPÁ	04.492.733/0001-41	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,03
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		40		0	
31	UNIÃO DAS ESCOLAS DE ENS SUP BRASILEIRAS	07.612.042/0001-22	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,02
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		20		0	
32	UNIC SINOP AEROPORTO LTDA	02.987.778/0001-61	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,10
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		120		0	
33	UNIC TANGARÁ DO SUL	02.866.163/0001-87	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-2,79
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		3.236		0	
34	SOC MANT ENS SUP PRIMAVERA LESTE LTDA	03.766.998/0001-28	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,32
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		366		0	
35	SOC MANT ENS CULT PRIMAVERA LESTE LTDA	05.137.801/0001-17	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-1,26
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.457		0	
36	UNIME ITABUNA LTDA	05.103.128/0001-02	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-4,37
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		5.069		0	
37	UNIME SALVADOR LTDA	03.395.289/0001-83	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-6,09
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		7.069		0	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
38	UNIC RONDONÓPOLIS FLORIANO PEIXOTO LTDA	02.719.825/0001-96	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-1,20
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.387		0	
39	UNIC RONDONÓPOLIS ARNALDO ESTEVÃO LTDA	05.161.540/0001-70	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-0,13
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		150		0	
40	UNIC TANGARÁ NORTE	02.078.252/0001-69	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-1,82
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.108		0	

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1 – Acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie e classe:

Posição Acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da companhia, até o nível de pessoa física

Companhia: Kroton Educacional S.A.					Posição em 31/03/2010 em Ações	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Pitágoras Administração e Participações Ltda	202.945.698	88,27	45.117.807	21,80	248.063.505	56,79
Hunter Hall Investment Management Limited (*)	2.464.181	1,07	14.785.086	7,15	17.249.267	3,95
Ações em tesouraria	980.200	0,43	5.881.200	2,84	6.861.400	1,57
Outros	23.523.636	10,23	141.141.814	68,21	164.665.450	37,69
Total	**229.913.715**	**100,00**	**206.925.907**	**100,00**	**436.839.622**	**100,00**

(*) Trata-se de um fundo de investimento

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia), até o nível de pessoa física

Denominação: Pitágoras Adminstração e Participações S.A					Posição em 31/03/2010 em Ações	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Neiva Participações Ltda	21.056.252	34,54	21.059.703	11,51	42.115.955	17,27
Samos Participações Ltda	20.446.632	33,54	20.449.983	11,18	40.896.615	16,77
Santori Participações Ltda	15.801.333	25,92	15.803.923	8,64	31.605.256	12,96
Citíssimo do Brasil Participações Ltda	3.657.715	6,00	3.658.315	2,00	7.316.030	3,00
Fip Brasil Gestão e Participações			121.933.856	66,66	121.933.856	50,00
Ações em tesouraria					-	
Outros			14	0,00	14	0,00
Total	**60.961.932**	**100,00**	**182.905.794**	**100,00**	**243.867.726**	**100,00**

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia), até o nível de pessoa física

Denominação: Neiva Participaões Ltda					Posição em 31/03/2010 em Quotas	
Acionista	Quotas				Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Evando José Neiva	2.718.460	99,76			2.718.460	99,76
					-	
Ações em tesouraria					-	
Outros	6.540	0,24			6.540	0,24
Total	**2.725.000**	**100,00**	-		**2.725.000**	**100,00**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia), até o nível de pessoa física

Denominação: Samos Participaões Ltda					Posição em 31/03/2010 em Quotas	
Acionista	Quotas				Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto	2.499.750	100,00			2.499.750	100,00
					-	
Ações em tesouraria					-	
Outros	50	0,00			50	0,00
Total	**2.499.800**	**100,00**	-		**2.499.800**	**100,00**

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia), até o nível de pessoa física

Denominação: Santori Participaões Ltda					Posição em 31/03/2010 em Quotas	
Acionista	Quotas				Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Júlio Fernando Cabizuca	2.717.594	99,91			2.717.594	99,91
					-	
Ações em tesouraria					-	
Outros	2.406	0,09			2.406	0,09
Total	**2.720.000**	**100,00**	-		**2.720.000**	**100,00**

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia), até o nível de pessoa física

Denominação: Citíssimo do Brasil Prticipaões Ltda					Posição em 31/03/2010 em Quotas	
Acionista	Quotas				Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Henriqueta Mares Guia	15.976.409	100,00			15.976.409	100,00
					-	
Ações em tesouraria					-	
Outros	1	0,00			1	0,00
Total	**15.976.410**	**100,00**	-		**15.976.410**	**100,00**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

2 – Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação.

Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação - Posição 31/03/2010

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	202.945.698	88,27	45.117.807	21,80	248.063.505	56,79
						-
Administradores						-
Conselho de Administração	5	0,00			5	0,00
Diretoria					-	-
Conselho Fiscal						
Ações em tesouraria	980.200	0,43	5.881.200	2,84	6.861.400	1,57
Outros Acionistas	25.987.812	11,30	155.926.900	75,35	181.914.712	41,64
Total	229.913.715	100,00	206.925.907	100,00	436.839.622	100,00
Ações em circulação	25.987.812	11,30	155.926.900	75,35	181.914.712	41,64

Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação - Posição 31/03/2009

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	102.261.076	89,28	31.957.816	30,26	134.218.892	60,97
						-
Administradores						-
Conselho de Administração	5	0,00			5	0,00
Diretoria					-	-
Conselho Fiscal						
Ações em tesouraria	977.700	0,85	5.866.200	5,55	6.843.900	3,11
Outros Acionistas	11.298.545	9,86	67.791.300	64,19	79.089.845	35,93
Total	114.537.326	100,00	105.615.316	100,00	220.152.642	100,00
Ações em circulação	11.298.545	9,86	67.791.300	64,19	79.089.845	35,93

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal nesta data

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

3 - Juízo Arbitral

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Artigo 46 constante no estatuto social.

01797-3 KROTON EDUCACIONAL S.A. 02.800.026/0001-40

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

REAPRESENTAÇÃO PARA FINS DE IFRS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	10
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	12
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	13
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	15
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	17
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	19
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	20
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	21
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	107
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	108
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	117
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	122
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	126
		EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.	
		PITAGORAS SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR S	
		SISTEMA EDUCACIONAL DE ARACAJU SOC. LTDA	
		SISTEMA PITÁGORAS DE EDUCAÇÃO SOCIEDAD	
		PROJECTA EDUCACIONAL LTDA	
		GK EDUCACIONAL	
		ORME SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	
		PAX EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	
		INSTITUTO DE AVALIAÇÃO E DESEV. EDUCACIO	
		AGORA SISTEMA EDUCACIONAL SOC. LTDA	
		SOC. EDUCACIONAL E CULTURAL DE DIVINÓPOL	
		UNIÃO METROPOLITANA DE ENSINO PARANAENSE	
		INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DA UVA LTDA	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01797-3	KROTON EDUCACIONAL S.A.	02.800.026/0001-40

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		SOCIEDADE EDUCACIONAL DE GUARAPARI SOC L	
		AESG - ADMINISTRACAO DE ENSINO SUPERIOR	
		SOCIEDADE EDUCACIONAL SUP DE GUARAPARI	
		NABEC NOVA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUC	
		UNIMINAS UNIÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	
		SOC UNIFICADA DE ENS SUPERIOR E CULTURA	
		SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCAÇÃO LTDA	
		INSTITUTO DE ENSINO DE RIO CLARO E REP	
		FACULDADE INED LONDRINA LTDA	
		SOC EDUCACIONAL DE TEIXEIRA DE FREITAS	
		PROJECTA SOLUÇÕES EDUCACIONAIS SOC LTDA	
		SÃO FRANCISCO DE ASSIS - INST. EDUC. LTD	
		IUNI EDUCACIONAL LTDA	
		UNIME UNIÃO METROPOL. DESENVOL EDUC CULT	
		UNIÃO DESENVOL EDUC CUT VÁRZEA GRANDE	
		UNIÃO DE FACULDADES DO AMAPÁ	
		UNIÃO DAS ESCOLAS DE ENS SUP BRASILEIRAS	
		UNIC SINOP AEROPORTO LTDA	
		UNIC TANGARÁ DO SUL	
		SOC MANT ENS SUP PRIMAVERA LESTE LTDA	
		SOC MANT ENS CULT PRIMAVERA LESTE LTDA	
		UNIME ITABUNA LTDA	
		UNIME SALVADOR LTDA	
		UNIC RONDONÓPOLIS FLORIANO PEIXOTO LTDA	
		UNIC RONDONÓPOLIS ARNALDO ESTEVÃO LTDA	
		UNIC TANGARÁ NORTE	
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	127